

# RAÍZES DE RESILIÊNCIA

Uma aproximação participativa ao mapeamento, medição e mobilização do patrimônio cultural no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais no Brasil





## Investigador Principal:

Paul Heritage – Queen Mary University of London

## Coinvestigador:

Leandro Valiati – University of Manchester

## Equipe de pesquisa:

Gustavo Möller, Natália Nunes Aguiar, Karina Pietro Biasi Ruiz

## Consultora:

Jurema Machado

## Organizações Parceiras:

Instituto Inhotim, Corporação Musical Banda São Sebastião, Casa Quilombê, Grupo Atrás do Pano, Associação Cultural Clube Osquindô e Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade.

## Sobre a People's Palace Projects

People's Palace Projects (PPP) é um centro de arte e pesquisa do departamento de Teatro da Universidade de Queen Mary de Londres, estabelecido por Paul Heritage, em 1997. A PPP reúne artistas, ativistas, acadêmicos e também o público em geral para se envolver com questões de justiça social por meio das artes no Reino Unido, no Brasil e ao redor do mundo.

Mais informações: [www.peoplespalaceprojects.org.uk](http://www.peoplespalaceprojects.org.uk)

Março de 2022.

Coordenação e produção



Financiamento do projeto



Financiamento regular da  
*People's Palace Projects*



Apoio



Parceria



## LISTA DE FIGURAS

<b>1</b> Eixos de análise da pesquisa	<b>18</b>	<b>16</b> Nuvem de palavras – Conhecimentos adquiridos através do envolvimento com as organizações culturais parceiras	<b>40</b>
<b>2</b> Distribuição da população por faixa etária (2010)	<b>23</b>	<b>17</b> Nuvem de palavras – Atividades realizadas com maior frequência pelos respondentes após o envolvimento com as organizações culturais parceiras	<b>40</b>
<b>3</b> Distribuição da população por sexo (2017)	<b>23</b>	<b>18</b> Relação com a organização e a descoberta de áreas de atuação profissional	<b>41</b>
<b>4</b> Distribuição da população por cor/raça (2010)	<b>24</b>	<b>19</b> Formação de redes	<b>41</b>
<b>5</b> Valor Adicionado Bruto setorial em proporção ao PIB (2019, preços correntes)	<b>26</b>	<b>20</b> Capacidade de contribuir para mudança e capacidade de influenciar responsáveis	<b>42</b>
<b>6</b> Distribuição percentual do emprego formal por setor de atividade econômica e por município (2020)	<b>26</b>	<b>21</b> Depois do contato com os patrimônios, sente-se confiante para realizar alguma das seguintes atividades?	<b>43</b>
<b>7</b> Respondentes por organização	<b>35</b>	<b>22</b> Nível de concordâncias com as afirmações sobre envolvimento	<b>44</b>
<b>8</b> Distribuição dos respondentes por UF	<b>36</b>	<b>23</b> Nível de concordância dos respondentes a afirmações sobre pertencimento	<b>44</b>
<b>9</b> Distribuição dos respondentes por município	<b>36</b>	<b>24</b> Na sua opinião, o patrimônio cultural do seu território/da sua região está sob ameaça de algum dos itens a seguir?	<b>47</b>
<b>10</b> Raça dos respondentes	<b>37</b>	<b>25</b> Você considera que o patrimônio cultural do seu território/da sua região é ameaçado por algum dos seguintes problemas ambientais?	<b>47</b>
<b>11</b> Gênero dos respondentes	<b>37</b>		
<b>12</b> Faixa etária dos respondentes	<b>38</b>		
<b>13</b> Escolaridade dos respondentes	<b>38</b>		
<b>14</b> Faixa de renda familiar dos respondentes	<b>38</b>		
<b>15</b> Relação dos respondentes com a organização e os impactos na saúde mental			

## LISTA DE QUADROS

<b>01</b> Lista de indicadores socioeconômicos	<b>19</b>	<b>03</b> Indicadores socioeconômicos	<b>25</b>
<b>02</b> Indicadores demográficos	<b>22</b>		

# SUMÁRIO

06 INTRODUÇÃO

METODOLOGIA 17

22 RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES  
FINAIS 49

56 ANEXOS

# INTRODUÇÃO

Resiliência refere-se à capacidade de sistemas, sociedades ou comunidades, expostas a ameaças, adaptarem-se e resistirem aos efeitos de tais ameaças, bem como se modificarem e se recuperarem de tais efeitos. Esses processos se dão por meio da aprendizagem, que permite a restauração e a manutenção do funcionamento destes sistemas e grupos sociais, bem como de suas estruturas básicas<sup>1</sup>. A construção de resiliência se torna imperativa diante das mudanças climáticas em curso<sup>2</sup>, e a cultura tem um papel central nesta construção. Isso é: mais do que algo a ser protegido, a cultura e, em especial, os patrimônios culturais materiais e imateriais<sup>3</sup> existentes devem ser entendidos como recursos cuja mobilização é essencial para construir estratégias de adaptação e mitigação dos impactos de desastres e das mudanças climáticas que tenham as comunidades locais como sujeitos dos processos de aprendizagem e tomada de decisão.

Dessa forma, o projeto Raízes de Resiliência busca compreender e fortalecer os mecanismos pelos quais patrimônios culturais mineiros podem fomentar a resiliência em comunidades do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, Brasil.

Coordenado pela *People's Palace Projects* (PPP) e concebido em parceria com o Instituto Inhotim, o projeto Raízes de Resiliência foi financiado pelo Conselho de Pesquisa em Artes e Humanidades (*Arts and Humanities Research Council – AHRC*) e pelo Departamento para o Digital, Cultural, Mídia e Esportes (*Department for Digital, Culture, Media, and Sport – DCMS*), por meio do Fundo de Pesquisa para Desafios Globais (*Global Challenges Research Fund – GCRF*) do Reino Unido.

O projeto tem como premissa propor uma abordagem de pesquisa participativa e cocriativa com organizações culturais, capacitando-as para que possam conduzir pesquisas sobre si mesmas e sobre suas comunidades. Para isso, a pesquisa se baseia na metodologia '*Relative Values*', desenvolvida pela PPP, tendo por intuito avaliar os impactos socioeconômicos de atividades promovidas por organizações culturais de maneira participativa e cocriativa. No projeto Raízes de Resiliência, além do Instituto Inhotim, outras cinco organizações culturais do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, atuaram como parceiras do Raízes de Resiliência, a saber: a Associação Cultural Clube Osquindô, a Casa Quilombê, a Corporação Musical Banda São Sebastião, a Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade e o Grupo Atrás do Pano.

<sup>1</sup> UNITED NATIONS, "Resilience", <<https://www.undrr.org/terminology/resilience>>.

<sup>2</sup> De acordo com o último relatório do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), a ação humana tem um papel inequívoco nas mudanças climáticas em curso e cujos efeitos já estão sendo sentidos. 'Climate Change 2021: the Physical Science Basis. Summary for Policymakers', Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, October 2021, <[https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGI\\_SPM\\_final.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM_final.pdf)>.

<sup>3</sup> Patrimônios culturais são bens materiais (tangíveis) ou imateriais (intangíveis), os quais são significativos para a identidade, a ação e a memória de diferentes comunidades, nações e/ou para a humanidade. Enquanto os primeiros são objetos, tais como artefatos, documentos, monumentos, construções e lugares significantes; os últimos fazem menção a tradições e formas de expressão passadas de geração em geração, como tradições orais, práticas sociais, conhecimentos tradicionais e festividades, conforme definido por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela legislação brasileira. 'What is Intangible Cultural Heritage?', United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, <<https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>>. 'Legislação', Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, s.d., <<http://portal.iphan.gov.br/ac/legislacao>>.

Ao longo do ano 2021, o projeto Raízes de Resiliência promoveu uma série de oficinas junto às organizações culturais parceiras com o intuito de promover trocas de conhecimento a respeito do projeto e da relevância das ações por elas promovidas, entendendo as organizações como parte do patrimônio cultural da região. Em paralelo, foram realizados o mapeamento e a avaliação das contribuições dessas organizações para a resiliência da população local frente a eventos extremos e desastres. Os detalhes desse processo estão descritos na seção *Metodologia*.

Os primeiros resultados da pesquisa foram discutidos no Seminário Raízes de Resiliência, promovido em dezembro de 2021<sup>4</sup>, e condensados no Sumário Executivo da pesquisa<sup>5</sup>. Adicionalmente, foi oferecida uma análise inicial dos dados coletados a cada uma das organizações parceiras. Nesse sentido, este relatório apresenta mais detalhadamente os principais resultados do estudo por meio da pesquisa Raízes de Resiliência, bem como oferece uma análise mais detida do conjunto de dados produzidos. Com isso, é apresentada uma visão geral da gestão de riscos e desastres e da preservação do patrimônio cultural do Quadrilátero Ferrífero.

“  
Desastres não  
são naturais, o  
princípio  
da precaução é  
importante.”

De maneira resumida, gostaríamos de chamar a atenção nesta introdução para as premissas adotada pelo projeto, confirmadas ao longo de sua execução: (1) o patrimônio cultural é uma ferramenta na construção de capacidades de resiliência em comunidades que enfrentam desastres naturais e mudanças climáticas; (2) desastres não são naturais, o princípio da precaução é importante; e (3) mudanças climáticas intensificam os riscos causados pela exploração mineral para as populações e para o patrimônio cultural e natural do Quadrilátero Ferrífero. Essas três questões são essenciais e perpassam todo o relatório, direta e indiretamente. Ao final, elas serão retomadas de maneira propositiva e objetiva para embasar a seção *“Como seguir em frente? Recomendações de pesquisa, políticas públicas e práticas”*.

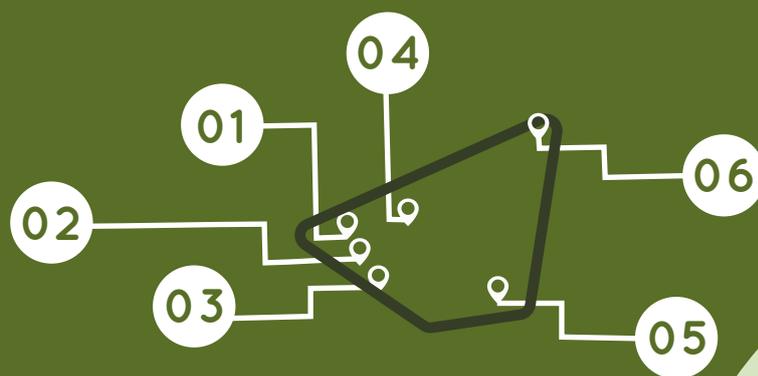
Em termos de estrutura do relatório, após esta exposição inicial, a introdução é complementada por uma apresentação das organizações parceiras e da região do Quadrilátero Ferrífero. A segunda seção detalha a metodologia e a estrutura da pesquisa aqui apresentada. A terceira seção apresenta os resultados desta pesquisa, de acordo com seus quatro eixos: contexto, organização, impactos e diagnóstico de percepção de riscos. Por fim, a quarta e última seção traz um apanhado das principais conclusões do estudo, além de traçar breves recomendações e caminhos – a serem debatidos em quatro seminários on-line e quatro seminários locais em Minas Gerais, além da conferência Rio+30 – para futuras pesquisas, políticas públicas e práticas<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> A gravação da primeira parte do Seminário, transmitida on-line, está disponível em: <<https://www.inhotim.org.br/eventos/seminario-raizes-de-resiliencia/>>.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://peoplespalaceprojects.org.uk/pt/projects/raizes-de-resiliencia/>>.

<sup>6</sup> Considerando a relevância das políticas públicas de defesa do patrimônio e como elas serviram como base para muitas de nossas recomendações, foi inserido nos anexos deste relatório um apanhado destas políticas no nível federal, estadual e municipal e suas lacunas.

## 1.1 | SOBRE AS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS



*Legenda*

 **Quadrilátero Ferrífero**

## ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

01

Brumadinho  
**Instituto Inhotim**



Museu de Arte Contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho, o Instituto Inhotim apresenta ao público uma coleção artística de relevância Internacional, exibindo obras de renomados artistas brasileiros e estrangeiros. Ao integrar arte, botânica, paisagismo, arquitetura e educação, o Inhotim proporciona uma experiência singular aos visitantes, e realiza uma série de projetos socioeducativos juntos à comunidade de Brumadinho.

**02**

Brumadinho

**Corporação Musical  
Banda São Sebastião**

A Banda foi fundada em 13 de maio de 1929, antes mesmo de Brumadinho se tornar um município. Sua missão é de cultivar a cultura, preservar as tradições, promover a inclusão social, disseminar a arte musical e conservar o patrimônio histórico-artístico da região; além de despertar o fortalecimento de vínculos através da música.

**03**

Brumadinho

**Casa Quilombê**

Desenvolve atividades que valorizam a cultura quilomboia, de suas tradições até a contemporaneidade, incentivando reconhecimento e empoderamento dos envolvidos por meio da arte, música e literatura.

**04**

Nova Lima

**Grupo atrás do Pano**

Desenvolve há 30 anos uma pesquisa de linguagem pautada pela ludicidade poética e por um teatro de resgate e releitura da cultura popular. Através da literatura, da oralidade, do carnaval e das brincadeiras e cantigas de roda, propõe um olhar contemporâneo sobre os costumes e a realidade brasileira.

**05**

Mariana

**Associação Cultural  
Clube Osquindô**

O foco da associação cultural é o desenvolvimento da leitura e do brincar, por meio de projetos que despertam a imaginação, promovem novas formas de agregar conhecimento, estimulam o protagonismo de crianças e jovens e a inovação nos modos de produzir cultura.

**06**

Itabira

**Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade (FCCDA)**

A FCCDA visa difundir a memória e a obra do escritor itabirano Carlos Drummond de Andrade, gerindo os pontos de cultura: Casa de Drummond, Fazenda do Pontal, Memorial Carlos Drummond de Andrade e a Casa do Brás, que abriga a Escola Livre de Música de Itabira.

## 1.2 | SOBRE O QUADRILÁTERO FERRÍFERO EM MINAS GERAIS, BRASIL

Localizado no estado de Minas Gerais, no sudeste brasileiro, o Quadrilátero Ferrífero é uma das principais províncias minerárias brasileiras<sup>7</sup>. Com cerca de 7.000 km<sup>2</sup>, a região abarca total ou parcialmente 34 municípios, incluindo Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Ao todo, estima-se que esses municípios abriguem cerca de 4,7 milhões de habitantes<sup>8</sup>.

A importância e a história da região se entrelaçam com a mineração, mas não se restringem a ela. Na região, a Serra do Espinhaço abriga três biomas brasileiros – Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica – tendo papel essencial para a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos nacionais<sup>9</sup>. Desde 2005, a UNESCO reconhece parte da região como Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e, desde 2018, o governo federal brasileiro reconheceu o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Espinhaço – Quadrilátero Ferrífero, a fim de gerir de forma integrada e participativa uma série de unidades de conservação já existentes na região<sup>10,11</sup>.

A região também abriga importantes registros da presença humana. Em Santana do Riacho, município próximo ao Quadrilátero, foi encontrado o fóssil de Luzia, um dos fósseis mais antigos das Américas, com idade estimada em 11.500 anos<sup>12</sup>. Além disso, o próprio Quadrilátero contém sítios arqueológicos, como o da Pedra Pintada, em Barão dos Cocais, com pinturas rupestres estimadas em 4 mil anos<sup>13</sup>. As raízes culturais das populações indígenas da região são fortemente mantidas pelas etnias Krenak e Pataxó<sup>14</sup>.

“  
A importância  
e a história  
da região se  
entrelaçam com  
a mineração,  
mas não se  
restringem a ela.”

<sup>7</sup> Municípios do Quadrilátero Ferrífero, Universidade Federal de Ouro Preto, s.d., <<https://qfe2050.ufop.br/municipios-do-qfe>>.

<sup>8</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), <<https://cidades.ibge.gov.br/>>, [acesso em 12 janeiro 2022].

<sup>9</sup> A região abarca parte de três grandes bacias hidrográficas brasileiras, isto é, as bacias do Rio Doce, do Jequitinhonha e do rio São Francisco. Assim, além de essencial para a da região, é estratégica para a oferta de água para o semiárido mineiro e nordestino. Eric Pereira, Bernardo Gontijo, Luiza Abreu, 'As ecorregiões da reserva da biosfera da serra do espinhaço: elementos para o fortalecimento da conservação da biodiversidade', Caderno de Geografia, 25:43 (2015).

<sup>10</sup> Portaria nº 473, de 28 de dezembro de 2018, Reconhece o Mosaico de Unidades de Conservação Federal da Serra do Espinhaço - Quadrilátero Ferrífero. Diário Oficial da União, 31 Dezembro 2018, <[https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80238/Portaria\\_473\\_DOU1\\_31\\_12\\_p158\\_QFerr%C3%ADfero.pdf](https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80238/Portaria_473_DOU1_31_12_p158_QFerr%C3%ADfero.pdf)>.

<sup>11</sup> 'Região do Quadrilátero Ferrífero é reconhecida como mosaico de áreas protegidas', Leia, 11 janeiro 2019, <<https://leia.org.br/regiao-do-quadrilatero-ferrifero-e-reconhecida-como-mosaico-de-areas-protegidas/>>. Cabe ressaltar, também, que desde 2011 a região faz parte do projeto Geoparque Quadrilátero Ferrífero que, reconhecendo a importância geológica da região, busca integrar a Rede Global de Geoparques da UNESCO, <<https://www.geoparkquadrilatero.org/>>.

<sup>12</sup> 'Patrimônio Arqueológico - MG', Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, s.d., <<http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/639/>>, [acesso em 12 janeiro 2022].

<sup>13</sup> Úrsula Azevedo, Magela Machado, Paulo Castro, Friedrich Renger, Andrea Trevisol e Décio Beato, 'Geoparque Quadrilátero Ferrífero (MG): proposta', 2012, <<https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/17149>>.

<sup>14</sup> 'Terra Indígena Fazenda Guarani', Instituto Socioambiental - ISA, s.d., <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3665>>, [acesso em 05 janeiro 2022].

O crescimento populacional da região, contudo, ocorreu a partir do século XVII, com a descoberta do ouro pelos portugueses e a interiorização da ocupação colonial. Com a corrida pelo ouro, vieram a formação e o reconhecimento dos primeiros povoadamentos da região: a Vila de Sabará, Vila do Carmo (atual Mariana) e a Vila Rica (Ouro Preto), que, no século XVIII, chegou a ser o centro urbano mais populoso da América Portuguesa, com cerca de 25 mil habitantes<sup>15</sup>. Muitos patrimônios culturais do Brasil colônia surgiram durante o auge do ciclo aurífero mineiro<sup>16</sup>.

Essa expansão econômica, ocorrida sob um sistema escravista e colonial, levou a uma forte presença de populações negras na região e no estado de Minas Gerais como um todo. A partir da resistência dessas populações surgiram diversas comunidades quilombolas, fazendo com que Minas Gerais seja um dos estados brasileiros com o maior número de comunidades quilombolas<sup>17,18</sup>.

Com o declínio do ciclo aurífero em fins do século XVIII<sup>19</sup>, deu-se início a um período de estagnação econômica, bem como a migração da população para outras atividades, como a agricultura.

Na avaliação de Bustamante e Gonzales<sup>20</sup>, essa estagnação colaborou para a preservação das cidades históricas até sua “redescoberta” no início do século XX. Isto é, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – diversos patrimônios da região foram reconhecidos e tombados como patrimônios nacionais, além de dois sítios coloniais localizados no Quadrilátero Ferrífero, sendo reconhecidos pela Unesco como Patrimônio Mundial; a saber, Ouro Preto e a Basílica do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas. Atualmente, Minas Gerais possui quase 6 mil patrimônios culturais materiais e imateriais reconhecidos pelos órgãos responsáveis dos municípios, estado e União<sup>21,22</sup>.

<sup>15</sup> Mariana Barcelos, 'Vila Rica, in BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa (2015), <[http://lha.unb.br/atlas/Vila\\_Rica](http://lha.unb.br/atlas/Vila_Rica)>.

<sup>16</sup> O período é simbolizado pelo movimento barroco, que tem como uma de suas obras-primas o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas: formado por um conjunto de seis capelas e uma igreja, possui uma basílica com altares folheados a ouro e obras esculpidas em pedra-sabão por Aleijadinho e colorizadas por Manuel da Costa Athaide. Ver 'A cidade de ouro preto', Minas Gerais, s.d., <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/turismo/cidade-de-ouro-preto>>, [acesso em 05 Janeiro 2022].

<sup>17</sup> 'Comunidades quilombolas em Minas Gerais', Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, <<https://www.cedefes.org.br/quilombolas-destaque/>>.

<sup>18</sup> 'Você conhece a Rota dos Quilombos do Vale do Jequitinhonha?', Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 9 Março 2021, <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/606-voce-conhece-a-rota-dos-quilombos-no-vale-do-jequitinhonha>>.

<sup>19</sup> Nas primeiras décadas do século XIV, houve um novo crescimento da exploração do ouro após a entrada de capital estrangeiro, principalmente inglês, e a introdução de técnicas mais avançadas de mineração, conforme Azevedo et al. (2012).

<sup>20</sup> Ana Maria Bustamante e Sidney Gonzalez, 'Patrimônio cultural e geologia do Quadrilátero Ferrífero', Revista Brasileira de Geografia, 62:2 (2017).

<sup>21</sup> 'Conheça 4 bens tombados como Patrimônio Cultural da Humanidade em Minas', Minas Gerais, 4 Junho 2021, <<https://www.minasgerais.com.br/pt/blog/artigo/conheca-4-bens-tombados-como-patrimonio-cultural-da-humanidade-em-minas>>. Dentre os patrimônios culturais reconhecidos, 149 bens foram tombados pelo IEPHA e outros 204 foram tombados pelo IPHAN, fazendo com que Minas Gerais seja o segundo estado brasileiro com mais patrimônios nacionais tombados.

<sup>22</sup> O estado também abriga 4 patrimônios culturais da humanidade reconhecidos pela UNESCO, a saber: a cidade histórica de Ouro Preto; o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas; o centro histórico de Diamantina; e o Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte. Ver 'Patrimônio Mundial no Brasil', Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, s.d., <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>>.



### HABITANTES

4,7 milhões  
(IBGE, 2022)

ARÉA DE  
APROXIMADAMENTE  
7.000km<sup>2</sup>

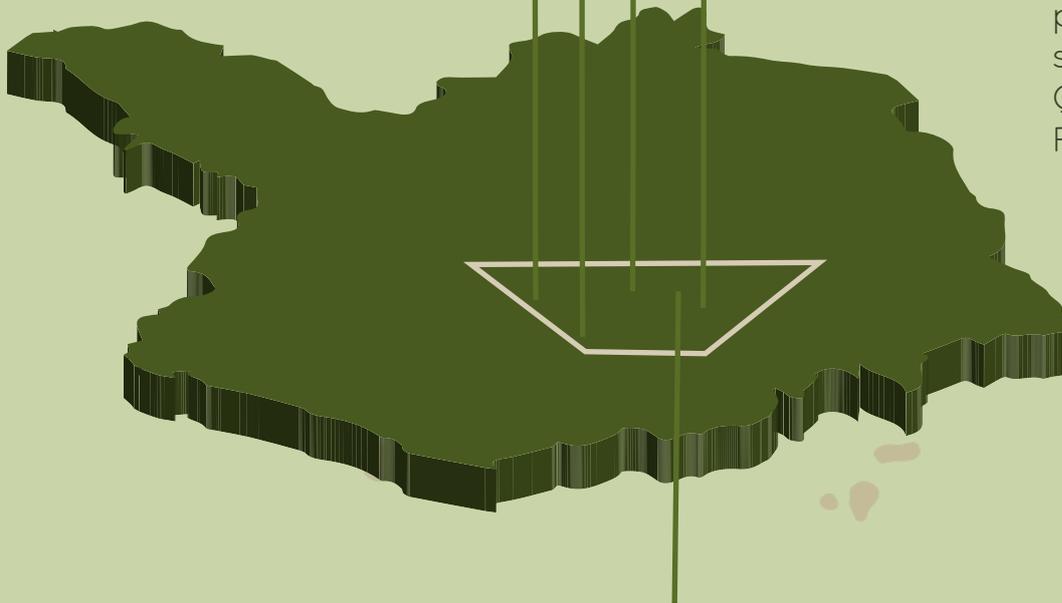


### BENS TOMBADOS PELO IPHAN<sup>23</sup>

121

### MUNICÍPIOS

34 abarcados  
total ou  
parcialmente  
sob o  
Quadrilátero  
Ferrífero



### 3 PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA HUMANIDADE (UNESCO, 2021)

Ouro Preto; Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (Congonhas); e Conjunto Moderno da Pampulha (Belo Horizonte)

<sup>23</sup> Conforme dados disponíveis na Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento, IPHAN, 22 novembro 2021, <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>.

## 1.3 | SOBRE OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO

Apesar do declínio do ciclo aurífero, a exploração de minérios na região seguiu ocorrendo, uma vez que o século XIX esteve marcado pela entrada e pela expansão do capital estrangeiro sobre a atividade minerária da região, especialmente pelo capital inglês<sup>24</sup>. E foi uma empresa inglesa, a *Itabira Iron Ore Company*, organizada pelo *Brazilian Hematite Syndicate*, a primeira autorizada a explorar o minério de ferro na região, iniciando um novo ciclo de exploração minerária que predomina ainda hoje.

Com a Companhia Vale do Rio Doce, criada pelo governo federal em 1942, por meio da incorporação de Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A.<sup>25</sup>, e da Itabira de Mineração S.A., o Brasil se tornou um dos maiores exportadores de minério de ferro no mundo, posição que ocupa até hoje. O Quadrilátero Ferrífero possui um papel central nesta produção, em 2008, por exemplo, 70% da produção brasileira do minério veio da região<sup>26</sup>.

Ao longo do tempo, portanto, a exploração dos recursos minerais da região passou por diferentes ciclos, respondendo às dinâmicas dos mercados internacionais e ao próprio esgotamento dos recursos naturais da região. Esses diferentes ciclos ou fases mineiro-industriais formataram a região tanto pela degradação ambiental gerada, quanto por criar lugares de memória social e identidade local<sup>27</sup>.



<sup>24</sup> A entrada do capital inglês na exploração mineral na região tem como marco a fundação, na Inglaterra, da Imperial Braziling Mining Association, em 1824. João D. Carvalho, 'Os ingleses e o tráfico interno de escravos no Brasil: o caso da Imperial Brazilian Mining Association (1809-1833)', *Fronteiras - Revista Catarinense de História*, 38 (2021) 284-298, <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/index>.

<sup>25</sup> A criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), durante a Segunda Guerra Mundial, faz parte de uma série de políticas federais para a industrialização nacional. Em 1997, a CVRD foi privatizada e, em 2007, mudou seu nome para Vale, excluindo a referência ao Rio Doce "como se a companhia estivesse agora a ponto de riscar o próprio rio do mapa", José Miguel Wisnik, 'Maquinação do mundo. Drummond e a Mineração', (2018), p. 37. Regina da Luz Moreira, 'CSN: uma decisão política', (s.d.), [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN\\_Vale\\_Vale\\_-\\_Nossa\\_Historia](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN_Vale_Vale_-_Nossa_Historia), (2012), <<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>>.

<sup>26</sup> Azevedo et al. (2012).

<sup>27</sup> Jeanne Crespo, 'Paisagens Culturais, Território e Patrimônio Cultural Mineiro no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, Brasil', *Urbano*, 17:30 (2014) 78-87, <<http://revistas.ubiobio.cl/index.php/RU/article/view/211>>. Os ciclos também se relacionam com maior incidência de desastres: enquanto períodos de alta de preços levam à expansão da exploração dos recursos, os períodos subsequentes de baixa aparentam ter relação com uma maior quantidade de rompimentos de barragens de resíduos da mineração, conforme dados de 1970 a 2010 analisados em: Michael Davies e Todd Martin, *Mining Market Cycles and Tailings Dam Incidents*, 2009, <<https://docplayer.net/14797608-Mining-market-cycles-and-tailings-dam-incidents.html%20michael>>.

Os aspectos destrutivos da mineração ficam em evidência quando consideramos a emergência das mudanças climáticas e seus efeitos já observados, como o aumento das ondas de calor e da frequência de fenômenos meteorológicos extremos<sup>28</sup>. O Quadrilátero Ferrífero já apresenta um alto risco ambiental devido à fragilidade do ecossistema e à intensidade das atividades humanas na região, sendo que há previsão de agravamento de ambos os fatores<sup>29</sup>.

O terreno da região do Quadrilátero Ferrífero é montanhoso e sujeito a chuvas intensas, de modo que um aumento da intensidade e da ocorrência dessas chuvas tende a intensificar fenômenos como inundações, cheias e deslizamentos<sup>30</sup>. A este cenário, é preciso acrescentar o risco de desastres advindos da atividade mineradora e dos prováveis impactos das mudanças climáticas sobre sua infraestrutura, como possíveis danos às estruturas de contenção dos resíduos produzidos durante a mineração (barragens de rejeitos), a diques e a outras estruturas utilizadas nos processos<sup>31</sup>.

Desde 2015, a região enfrentou dois grandes desastres causados pelo rompimento de barragens de rejeitos. O primeiro, em novembro de 2015, quando a barragem de rejeitos de Fundão, sob responsabilidade da Samarco (*joint venture* das empresas Vale S.A. e BHP Billiton), colapsou atingindo diretamente núcleos rurais do município de Mariana e enorme extensão da Bacia do Rio Doce. Com o rompimento, cerca de 44 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração de ferro <sup>32</sup> destruíram completamente o distrito de Bento Rodrigues e soterraram Paracatu de Baixo, levando à morte de 19 pessoas e à interrupção da gravidez de uma mulher. Os relatos dos moradores indicam a falta de transparência sobre os riscos, a inexistência de avisos sonoros e de planos de evacuação, e de pessoal treinado para atuar em casos de desastre, em descumprimento à legislação de segurança de barragens<sup>33,34</sup>.

---

<sup>28</sup> 'Climate Change 2021: the Physical Science Basis', Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/#TS>>.

<sup>29</sup> Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Estudo de vulnerabilidade regional às mudanças climáticas de Minas Gerais, 2014. O risco ambiental é calculado em função da vulnerabilidade natural do território, indicativo da fragilidade do ecossistema em relação às ações humanas, e da intensidade das atividades humanas (industriais, agrícolas e mineradoras) no local. Em 2012, a região Sudeste concentrou 92% dos casos de deslizamento de terrenos e 47% das cheias observadas no país. Além da previsão de aumento das chuvas na região, é possível que o aumento das secas no norte de Minas Gerais gere um fluxo migratório para a região de Belo Horizonte e do Quadrilátero Ferrífero como um todo, ampliando os impactos da presença humana sobre o ambiente.

<sup>30</sup> Sílvia Zanirato e Wagner Ribeiro, 'Mudanças climáticas e risco ao patrimônio cultural em Ouro Preto - MG - Brasil', Revista Franco-brasileira de Geografia, 21 (2014).

<sup>31</sup> FEAM (2014).

<sup>32</sup> Conforme auditoria realizada pela Ramboll a pedido do Ministério Público Federal. Há discordância quanto ao volume de rejeitos despejados: inicialmente, a Samarco informava que haviam sido liberados cerca de 32 milhões de m<sup>3</sup>, enquanto um estudo realizado pela Bowker Associates apontou a liberação de 50 a 60 milhões de m<sup>3</sup>. Até então, os maiores desastres causados por rompimentos de barragens de resíduos no mundo haviam liberado 32,2 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos, conforme informações da Agência Brasil. Noelle Oliveira, 'Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos', Agência Brasil, 15 Janeiro 2016, <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>>. Justiça Global, 'Vale de Lama', 2016, <<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi-a-Global.pdf>>.

<sup>33</sup> Justiça Global, 'Vale de Lama', 2016, <<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi-a-Global.pdf>>.

<sup>34</sup> Marcio Zonta e Charles Trocate (orgs.), 'A questão mineral no Brasil (2). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton', (Marabá: Editorial Iguana, 2016).

A lama alcançou o Rio Doce e levou 16 dias até encontrar o oceano Atlântico, percorrendo cerca de 680 km. Ainda que a maior parte dos rejeitos tenha sido contida próxima ao desastre – com o uso de uma represa preexistente e a construção de outras estruturas<sup>35</sup> –, os danos causados ao meio ambiente e às populações atingiram oficialmente 45 municípios (35 em Minas Gerais e 10 no Espírito Santo) e 4 terras indígenas, afetando uma área equivalente ao território de Portugal<sup>36,37</sup>. O abastecimento de água, realizado no Rio Doce, foi imediatamente interrompido, levando a região a um colapso hídrico – e, um mês depois, cerca de 11 toneladas de peixes mortos haviam sido retiradas do Rio Doce. Com isso, o rompimento da barragem de Fundão é considerado o maior desastre ambiental da história brasileira<sup>38</sup>.

Em 2016, as empresas envolvidas e diferentes entidades governamentais assinaram o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta<sup>39</sup>, o qual estabeleceu as diretrizes para a ação após o rompimento da barragem, sendo seguido por outros acordos adicionais. As ações de reparação e compensação dos impactos ficaram sob responsabilidade da Fundação Renova, criada especificamente para isso.

Sete anos depois, o desastre de Fundão ainda segue impactando a população e o ambiente, com as ações de reparação e compensação ocorrendo a passos lentos e sob críticas. O reassentamento dos moradores, por exemplo, ainda não ocorreu – a entrega das casas está prevista para fins de 2022<sup>40</sup>, e a participação social nos processos decisórios tem sido limitada, sobretudo durante a pandemia da Covid-19<sup>41</sup>.

Embora a Fundação Renova tenha ações de proteção ao patrimônio<sup>42</sup>, a situação do patrimônio cultural também preocupa. Em estudo finalizado em 2021, o Instituto Lactec avaliou a extensão e os cenários dos danos causados pelo desastre e pelas ações decorrentes dele a diversos patrimônios arqueológicos, materiais e imateriais da região. Dentre os 16 tipos de danos identificados, 15 apresentavam tendência a aumentar por razões como o contínuo uso de maquinário pesado, desconsiderando a possibilidade de danos aos patrimônios existentes nos locais; a alteração de práticas e paisagens culturais; e a quebra das relações comunitárias<sup>43</sup>.

<sup>35</sup> Para contenção de novos extravasamentos, foram construídas a barragem de Nova Santarém e o dique S4, que alagou parte do distrito de Bento Rodrigues. Aline Diniz, Bárbara Ferreira, Bernardo Miranda e Luciene Câmara, 'Lama sem fim', O Tempo, 3 novembro 2016, <[https://www.otempo.com.br/polopoly\\_fs/1.1395510.1487612199!/novo.html](https://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.1395510.1487612199!/novo.html)>

<sup>36</sup> 'Auditoria Rio Doce', Ramboll, s.d., <<https://auditoria-riodoce.ramboll.com/>>, [acesso em 05 janeiro 2021].

<sup>37</sup> Mariana Tokarnia, 'Tragédia de Mariana faz 5 anos e população ainda aguarda reparações', Agência Brasil, 29 outubro 2020, <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-10/tragedia-de-mariana-faz-5-anos-e-populacao-ainda-aguarda-reparacoes>>.

<sup>38</sup> 'Há 3 anos, rompimento de barragem de Mariana causou maior desastre ambiental do país e matou 19 pessoas', G1, 25 janeiro 2019, <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ha-3-anos-rompimento-de-barragem-de-mariana-causou-maior-desastre-ambiental-do-pais-e-matou-19-pessoas.ghtml>>

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>>.

<sup>40</sup> Cristina de Castro e Raquel Freitas, 'Mariana: com prazo vencido há 7 meses, Renova agora prevê entregar casas só no fim de 2022', G1, 1 outubro 2021, <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/10/01/mariana-com-prazo-vencido-ha-7-meses-renova-agora-preve-entregar-casas-so-no-fim-de-2022.ghtml>>.

<sup>41</sup> Durante as enchentes de 2020, por exemplo, houve o extravasamento de resíduos depositados nos leitos dos rios após o desastre. Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema, '5 Anos Desastre de Fundão', 2020, <<https://drive.google.com/file/d/1KxKQHqsQKIR7RSjT9Hjh0DdT-eRn17PR/view>>.

<sup>42</sup> Destaca-se o Programa Memória histórica, cultural e artística, cujo objetivo é a recuperação de patrimônios materiais de comunidades atingidas. Ver: <<https://www.fundacaorenova.org/programa/memoria-historica-cultural-e-artistica/>>.

<sup>43</sup> Instituto Lactec, 'Parecer 35. Parecer Cenários de Danos ao Patrimônio Cultural', 27 abril 2021, <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf/pareceres-e-relatorios/instituto-lactec>>. Conforme parecer, o único dano que havia cessado foi o de desencadeamento de processos físico-químicos que aceleram a degradação dos bens materiais. Este dano atingiu 15 bens móveis da Igreja Nossa Senhora das Mercês, que foram devidamente armazenados na Reserva Técnica da Fundação Renova.

O segundo desastre ocorreu em janeiro de 2019, quando a barragem de rejeitos de minério de ferro B-I da Mina Córrego do Feijão, da Vale S.A., rompeu sobre o município de Brumadinho. A enxurrada de rejeitos levou ao rompimento de outras duas barragens, ampliando os impactos do desastre. Até o momento, sabe-se que o desastre causou 272 vítimas, considerando 264 pessoas encontradas mortas, seis que seguem desaparecidas e a interrupção da gravidez de duas mulheres. A maioria das vítimas era trabalhadores ligados à empresa, fazendo com que o desastre seja um dos maiores acidentes de trabalho já registrados no Brasil.

Estima-se que tenham sido despejados cerca de 12 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério de ferro que, ao atingir a bacia do Rio Paraopeba, espalharam-se sobre a região. A passagem da lama destruiu cerca de 270 hectares, incluindo 133 hectares de vegetação nativa da Mata Atlântica e 79,6 hectares de áreas de preservação permanente, contaminando a água e a tornando imprópria para uso<sup>44</sup>. Dessa forma, o desastre impactou diretamente ao menos 20 municípios; sete comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares; comunidades das etnias Pataxó Hã-Hã-Hãe e Kaxixó e povos de terreiro<sup>45,46</sup>.

Até a finalização deste relatório, em março de 2022, tanto a investigação sobre o ocorrido quanto sobre os impactos do desastre segue em andamento. No início de 2021, foi firmado um acordo entre a Vale S.A. e o governo estadual de Minas Gerais, que, assim como as ações de reparação e compensação realizadas pela empresa, vem recebendo críticas e sendo alvo de disputas judiciais<sup>47</sup>.

Além destes efeitos diretos, a relação entre a mineração e seus impactos socioambientais também perpassa o que alguns estudiosos caracterizam como uma ideologia da minériodependência. A mineração em larga escala costuma ser realizada em locais com renda média baixa, tornando-se uma atividade central para a geração de empregos e para a arrecadação local<sup>48</sup>. Essa especialização produtiva em torno da mineração faz com que os interesses das mineradoras pautem e condicionem os processos deliberativos locais, uma vez que a percepção de dependência faz com que a população seja mais tolerante aos efeitos negativos da mineração. Essa percepção não se restringe somente ao local, considerando, por exemplo, a crescente importância da exportação de minérios de ferro para a balança comercial brasileira e a declaração da essencialidade da atividade minerária durante a pandemia da Covid-19<sup>49</sup>.

A região do Quadrilátero Ferrífero segue convivendo com o constante risco de novos desastres, em especial, devido à possibilidade de rompimento de barragens de resíduos utilizados no processo de exploração dos minérios. Segundo informações da Defesa Civil de Minas Gerais, há 39 barragens em situação de emergência no estado, sendo que três delas, todas em municípios do Quadrilátero Ferrífero<sup>50</sup>, estão sob risco iminente de rompimento.

<sup>44</sup> Mariano da Silva, Carlos de Freitas, Diego Xavier e Anselmo Romão, 'Sobreposição de riscos e impactos no desastre da Vale em Brumadinho', *Ciência e Cultura*, 72:2 (2020) 21-28, doi:10.21800/2317-66602020000200008.

<sup>45</sup> Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, 'Relatório da Insustentabilidade da Vale', 2021, <<https://atingidosvale.com/relatorios/relatorio-insustentabilidade-2021/>>.

<sup>46</sup> 'Brumadinho: histórico do rompimento', Minas Gerais, s.d., <<https://www.mg.gov.br/conteudo/pro-brumadinho/historico-do-rompimento>>.

<sup>47</sup> Andréa Zhouri, 'A efetivação do 'Big Business Brumadinho'', *Folha de São Paulo*, 9 fevereiro 2021, <<https://w+ww1.folha.uol.com.br/opinia0/2021/02/a-efetivacao-do-big-business-brumadinho.shtml>>.

<sup>48</sup> Tádzio Coelho, 'Dilemas e obstáculos na economia de Brumadinho frente à minério-dependência', *Ciência e Cultura*, 72:2 (2020) 29-33, doi:10.21800/2317-66602020000200009.

<sup>49</sup> Mauricio Angelo, 'Pressionado, governo federal considera mineração atividade essencial e se torna cúmplice de mineradoras', *Observatório da Mineração*, 3 abril 2020, <<https://observatoriodaminerao.com.br/pressionado-governo-federal-considera-mineracao-atividade-essencial-e-se-torna-cumplice-de-mineradoras/>>

<sup>50</sup> As três barragens com alerta de nível 3 estão em Ouro Preto, Barão de Cocais e Nova Lima, conforme informações disponíveis em Defesa Civil de Minas Gerais, 'Níveis de Segurança das Barragens em Minas Gerais', s.d., <<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/boletim-diario/52-boletim/26-nivel-seguranca-barragem>>, [acesso em 12 janeiro 2022].

## 2 | METODOLOGIA

As diferentes maneiras de atribuir valor a um fenômeno social carregam noções distintas a respeito desse fenômeno e da melhor maneira de mensurá-lo. Pensando nisso, a *People's Palace Projects* desenvolveu uma metodologia multidisciplinar, chamada de *Relative Values*, que funciona para medir os impactos socioeconômicos de atividades culturais. Nosso objetivo tem sido construir indicadores que ofereçam narrativas diversificadas a respeito dos possíveis impactos de organizações artísticas, abrangendo temas como desenvolvimento socioeconômico (individual e coletivo), relação entre indivíduos e sua comunidade/seu território, sentimento de eficácia, relação com a cultura – local ou não – em seus diversos aspectos, engajamento social e político e desenvolvimento de habilidades<sup>51</sup>.



O Projeto Raízes de Resiliência, desdobramento construtivo da metodologia, abarca ainda as relações socioeconômicas entre as organizações parceiras, seu público, seus membros e sua comunidade/seu território, de um lado; e a atividade minerária, muito presente na região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, de outro. Nesse sentido, a temática da percepção de riscos potenciais ao patrimônio cultural da região também foi trabalhada na pesquisa, concebendo, assim, um quarto eixo de análise transversal aos demais. Para tanto, o projeto combinou metodologias qualitativas (que permitem análises mais aprofundadas dos fenômenos) e quantitativas (que viabilizam análises mais abrangentes, mas menos detalhadas) de pesquisa.

Independentemente da estratégia de análise, as seis organizações culturais que participaram do projeto foram diretamente envolvidas em todo o processo da pesquisa, desde a compreensão dos diferentes focos de análise, passando pela definição do público-alvo, das estratégias de alcance desse público e dos indicadores a serem mensurados, até a análise dos dados coletados. Além disso, dois ou três representantes de cada organização responderam a entrevistas em profundidade.

<sup>51</sup> A metodologia *Relative Values* foi aplicada em três projetos diferentes: o primeiro deles, *Relative Values I*, desenvolveu e aplicou o modelo piloto junto a quatro organizações culturais do Brasil e do Reino Unido (Agência de Redes para a Juventude, *Battersea Arts Centre*, Centro de Artes da Maré e *Contact Theatre*). Já a segunda edição do programa, *Beyond Exchange*, contou com a participação de quarenta jovens atuantes em projetos culturais e artísticos de periferias e favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo sido efetuado em parceria com a Agência Redes para a Juventude e a Central de Artes da Maré. Por fim, o projeto “O Valor da Cultura”, realizado em parceria com o Projeto Rumos, do Itaú Cultural, aplicou a metodologia em parceria com cinco projetos brasileiros: Editora e Gráfica Heliópolis, Grupo Ninho, Hip Hop Caboclo, Verdevez e Retratistas do Morro. Mais detalhes da metodologia e dos projetos estão disponíveis em: <<https://culturalvalue.org/pt/pagina-inicial/>>. Acesso em 12 janeiro 2022.

Nosso dia a dia é repleto de acontecimentos, fatos e inter-relações que podem ser compreendidos mais claramente se os transformarmos em indicadores/variáveis/dados – ou seja, se conseguirmos medir esses fenômenos e, conseqüentemente, seus impactos. Nesse sentido, quando pensamos em medir algum aspecto da vida social, desejamos atribuir valor a ele. Esse processo de transformar fenômenos sociais em variáveis envolve alguns passos, os quais estão dispostos a seguir:

- Identificar um fenômeno social de interesse (um conceito abstrato).
- Reconhecer diferentes dimensões relativas ao nosso fenômeno de interesse; ou seja: apontar possíveis maneiras de interpretar/operacionalizar nosso conceito abstrato.
- Detectar onde é possível encontrar dados relacionados ao nosso fenômeno de interesse. Ou seja, questionarmo-nos a respeito do seguinte aspecto: de onde vem a informação de que precisamos?
- Construir indicadores que resumam nosso fenômeno de interesse e o traduzam em variáveis quantificáveis. Ou seja: transformar nosso conceito abstrato em indicadores mensuráveis.

Em resumo, indicadores sistematizam informações obtidas na realidade e, nesse processo, são utilizados códigos (geralmente numéricos) para organizar tais informações. A partir desses dados, conseguimos explorar analiticamente padrões de ocorrência e (co-) relação das nossas variáveis.

A pesquisa foi estruturada em quatro eixos interconectados de indicadores, diferenciados de acordo com a fonte de evidências correspondente a cada um. O primeiro eixo enfoca o **contexto** no qual cada uma das organizações participantes se insere. Nele, lançamos mão de dados secundários, fornecidos por fontes oficiais, a fim de descrever socioeconomicamente os territórios nos quais essas organizações atuam. Já o segundo eixo foca na **atuação das organizações**, as relações entre os atores que estão à frente delas e o território em que estão inseridas, bem como o envolvimento entre esses grupos e suas comunidades. Por isso, utilizamos a metodologia qualitativa de pesquisa e conduzimos uma série de questionários semiestruturados com membros/funcionários de cada organização. O terceiro eixo, por sua vez, voltou-se para os **impactos** socioeconômicos das organizações parceiras sobre seu público e/ou sobre a rede envolvida na atuação do grupo. Finalmente, o quarto eixo, **diagnóstico de percepção de riscos**, que objetivou promover a integração entre a sustentabilidade do patrimônio cultural e as estratégias nacionais, regionais e locais de gestão de riscos e prevenção de desastres, traz o mapeamento da percepção de riscos ao patrimônio cultural local, enfatizando os riscos ambientais percebidos. A Figura 1 resume os quatro eixos da pesquisa.

**Figura 1: Eixos de análise da pesquisa**



Fonte: Elaboração própria.

O **Eixo 1** apresenta o **contexto** em que as organizações estão inseridas. Assim, são abordados acontecimentos históricos recentes que marcaram a região do Quadrilátero Ferrífero, além de um panorama das políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio cultural da região e à gestão de riscos e desastres. Posteriormente, são apresentados dados socioeconômicos descritivos dos quatro municípios em que as organizações parceiras se localizam (Brumadinho, Itabira, Mariana e Nova Lima). Nessa etapa, foram levantados os seguintes indicadores:

**Quadro 1: Lista de indicadores socioeconômicos**

Dimensão	Descrição	Indicadores
Demografia	Características demográficas da população de cada município	Número de habitantes
		Densidade populacional
		Cor/raça
		Gênero
		Idade
Indicadores socioeconômicos: Desenvolvimento social	Nível de desenvolvimento social de cada município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
		Índice de Gini
Indicadores socioeconômicos: Desenvolvimento social	Características econômicas de cada município	Composição do PIB municipal (por setores)
		Empregos formais (por atividade)
		PIB per capita
		Salário médio (trabalhadores formais)

Fonte: Elaboração própria.

Por meio de tais indicadores, podemos conhecer melhor esses territórios e começar a explorar como se dão as relações sociais e econômicas no que tange à mineração. Esses indicadores são apresentados junto aos dados de Minas Gerais e do Brasil, tendo como intuito localizar cada município nas esferas nacionais e estaduais.

O **Eixo 2** enfocou a atuação das organizações, seus projetos, sua história e sua identidade. Aqui, procuramos dar voz aos membros/funcionários dos grupos e, a partir de uma investigação aprofundada, compreender questões como relações, comportamentos e atitudes relacionadas à (con)vivência nessas organizações. Para isso, empregamos a metodologia de tradição qualitativa, que possibilita a realização de análises mais aprofundadas e permite compreender a fundo relações, processos, estruturas e contextos.

Nessa etapa, foram conduzidas quinze entrevistas de roteiro semiestruturado, com dois ou três membros ou funcionários de cada organização parceira. Os questionários incluíram questões sobre<sup>52</sup>:

- o envolvimento dos entrevistados com as comunidades impactadas pelas ações das instituições nas quais os entrevistados atuam;
- a percepção dos entrevistados a respeito dos patrimônios culturais locais e dos desafios concernentes à sua manutenção e preservação;
- a relação entre a região onde os entrevistados habitam e/ou trabalham e a atividade mineradora, bem como os riscos ambientais envolvidos nessa relação;
- os hábitos de aquisição de informação a respeito de riscos ambientais e dos patrimônios culturais locais;
- o engajamento social e político dos entrevistados.

O **Eixo 3** dedicou-se a compreender uma ampla gama de impactos socioeconômicos das organizações culturais. Para tanto, foram aplicados, virtual (na plataforma *SurveyMonkey*) ou pessoalmente, mais de 500 questionários estruturados (*survey*) para o público desses grupos, ou para (ex) membros da rede que dá suporte à atuação dessas organizações. Essa estratégia de pesquisa, alinhada à tradição metodológica quantitativa, possibilitou a análise de um grande volume de dados, a observação de padrões de ocorrência e inter-relações de nossas variáveis, bem como a comparação entre os resultados referentes a cada uma das organizações parceiras.

Para além de questões socioeconômicas (idade, gênero, local de residência, escolaridade raça e renda), os questionários se dividiram em seis blocos, dos quais cinco se referem ao terceiro eixo da pesquisa<sup>53</sup>, tal como apresentado a seguir:

- **Tempos de crise e saúde mental:** inclui questões relativas ao impacto da atuação das organizações sobre a saúde mental dos respondentes, especialmente em épocas de crise, como o período da pandemia da Covid-19, e os períodos subsequentes aos rompimentos de barragens de rejeito no estado de Minas Gerais;
- **Acesso a atividades culturais e aquisição de habilidades:** esse bloco de questões abordou o efeito da atuação dos grupos sobre o acesso dos respondentes a diversas atividades culturais, bem como sobre o desenvolvimento de habilidades e a descoberta de áreas de atuação profissional ligadas à cultura;
- **Capital social e redes:** envolveu questões a respeito do impacto das organizações sobre a ampliação das redes de contato dos respondentes;
- **Autoconfiança e sentimento de eficácia:** esse bloco de perguntas tratou a respeito do impacto das organizações sobre a autoconfiança dos respondentes (em relação a questões diversas) e sobre o sentimento de eficácia dos respondentes (ou seja: a percepção subjetiva de ser capaz de influenciar o futuro e a preservação do patrimônio cultural local, bem como de ser levada(o) em consideração pelos responsáveis pela preservação e manutenção do patrimônio cultural local);
- **Envolvimento e pertencimento:** esse bloco incluiu perguntas referentes ao impacto das organizações culturais sobre o envolvimento dos respondentes em atividades da comunidade e ao sentimento de pertencimento e identificação com o território.

<sup>52</sup> A versão completa do roteiro das entrevistas está disponível nos anexos deste relatório.

<sup>53</sup> A versão do questionário que foi comum às seis organizações parceiras está disponível nos anexos deste relatório.



Foto: Matheus Castro (Pass Mariana)

Por fim, o **Eixo 4** desenvolveu um **diagnóstico de percepção de riscos** (ambientais ou gerais) ao patrimônio cultural local. Combinando estratégias qualitativas e quantitativas de pesquisa e fazendo uso dos instrumentos de coleta de dados dos eixos 2 (entrevistas em profundidade) e 3 (aplicação de questionários fechados), este eixo buscou investigar como as pessoas inseridas no Quadrilátero Ferrífero percebem potenciais ameaças, ambientais ou de outra ordem, a si e ao patrimônio cultural local. Nesse sentido, a maneira como a mineração é percebida também é abordada, tendo-se como objetivo avaliar se os efeitos dessa atividade são considerados como uma fonte de risco.

Finalizada a apresentação da metodologia, passaremos à análise dos eixos temáticos, na próxima seção, debatendo os principais resultados da pesquisa e propondo reflexões. Em seguida, trataremos dos achados relativos à percepção de riscos aos patrimônios culturais da região. Finalmente, apresentaremos nossas considerações finais e recomendações voltadas para políticas públicas, práticas culturais e pesquisas futuras.

### 3 | RESULTADOS

Conforme explicitado na seção anterior, a pesquisa foi estruturada em quatro eixos: o Eixo 1, que busca apresentar o contexto em que as organizações culturais estão inseridas através de estatísticas oficiais disponíveis; o Eixo 2, que é focado na atuação das organizações, de modo que mobiliza informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas pela equipe da PPP junto a membros/funcionários das organizações parceiras; o Eixo 3, que analisa o impacto das organizações parceiras sobre os indivíduos e os territórios em que as organizações atuam por meio de questionários aplicados pelas organizações junto ao seu público, participantes e (ex) membros; e o Eixo 4, o qual busca traçar um diagnóstico de percepção de risco da população em relação a novos desastres e possíveis ameaças ao meio ambiente e ao patrimônio local. Esta seção apresenta os principais resultados de cada um desses eixos.

#### 3.1 | EIXO 1: CONTEXTO

As organizações parceiras estão localizadas em quatro municípios do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais: Brumadinho, Itabira, Mariana e Nova Lima. Brumadinho e Nova Lima fazem parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte<sup>54</sup>, enquanto Itabira e Mariana ficam mais distantes da capital mineira, ambos localizados a cerca de 110 km. Os quatro municípios são considerados de médio porte populacional<sup>55</sup>, com populações, em 2021, estimadas entre 41 mil habitantes (Brumadinho) e 121 mil habitantes (Itabira). Todos têm uma densidade populacional maior que Minas Gerais e que a brasileira, sendo que Nova Lima é o município com maior densidade populacional – 222,9 hab./km<sup>2</sup>; e Mariana, o com menor – 51,7 hab./km<sup>2</sup> (ver Quadro 2)<sup>56</sup>.

**Quadro 2: Indicadores demográficos**

	<b>Brumadinho</b>	<b>Itabira</b>	<b>Mariana</b>	<b>Nova Lima</b>	<b>Minas Gerais</b>	<b>Brasil</b>
<b>Fundação</b>	1938	1833	1711	1891	—	—
<b>População</b>	41.208	121.717	61.830	97.378	21,4 milhões	213,3 milhões
<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	639,4	1.253,7	1.194,2	429,1	586,5 mil	8,5 milhões
<b>Densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>)</b>	64,4	97	51,7	226,9	36,5	25

Fonte: dados estimados para 2021, segundo IBGE (2022).

<sup>54</sup> 'Região Metropolitana de Belo Horizonte', Plano Metropolitano RMBH, <<http://www.rmbh.org.br/rmbh.php>>.

<sup>55</sup> De acordo com a classificação do IBGE, 'Perfil dos municípios brasileiros: 2019', (Rio de Janeiro: IBGE, 2020).

<sup>56</sup> Importante ressaltar que uma das organizações parceiras é quilombola e, apesar de estar localizado dentro dos limites de Brumadinho – em Marinhos, seu território se encontra afastado do centro urbano. Não há dados desagregados para o território em específico, então, utilizaremos como referências os dados de Brumadinho.

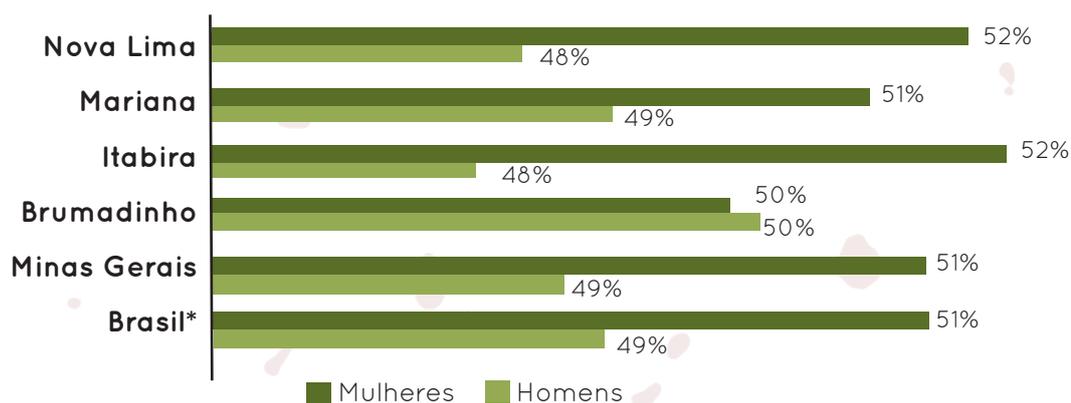
De forma geral, a distribuição etária é semelhante entre os municípios, Minas Gerais e o Brasil, ainda que Nova Lima tivesse uma população levemente mais velha, com uma concentração menor de pessoas até os 29 anos e maior de pessoas com mais de 40 quando em comparação com os demais locais (Figura 2). Também a proporção de homens e mulheres nos municípios se assemelha à estadual e à nacional, com mais mulheres do que homens; com exceção de Brumadinho, pois, em 2017, estima-se que 50,1% eram homens, e 49,9%, mulheres (Figura 3).

**Figura 2: Distribuição da população, por faixa etária (2010)**



Fonte: IBGE, 2010.

**Figura 3: Distribuição da população, por sexo (2017)**

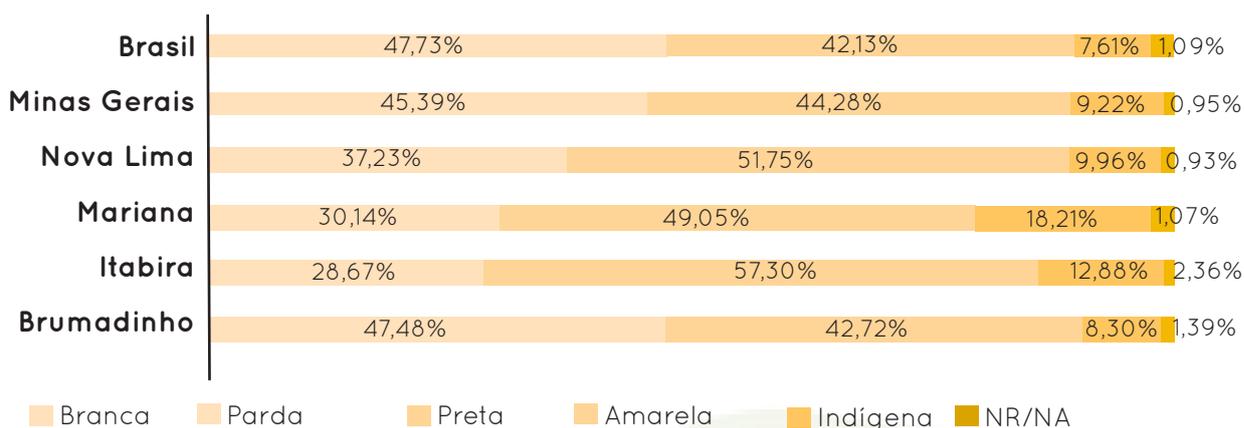


Fonte: IBGE (2010) e PNAD Contínua (2017). \*Dados de 2010.

Em todos os municípios, a maioria da população se autodeclarou negra. Em Itabira, 70,2% da população se autodeclarou negra, considerando que foram 57,3% autodeclarados pardos e 12,9%, pretos; tendo apenas 28,7% da população da cidade autodeclarada branca. Em Mariana, 67,2% da população se autodeclarou negra, sendo 49% de autodeclarados pardos e 18,2%, pretos<sup>57</sup>. O município também se destaca pelo maior número de autodeclarados amarelos (2,3%) e indígenas (0,2%), e cerca de 30% da população se autodeclarou branca. Em Nova Lima, 61% da população se autodeclarou negra, destes 61%, 51,7% são autodeclarados pardos e 9,9%, pretos; ainda, cerca de 37% dos habitantes se autodeclararam brancos. Em Brumadinho, 51% da população se autodeclarou negra, considerando pretos 8,3%, e pardos 42,7%, e cerca de 47,9% se autodeclararam branca, o maior percentual entre os municípios analisados. No mesmo período, a população autodeclarada negra no Brasil era de 49,7% e, em Minas Gerais, de 53,5%, enquanto o número de autodeclarados brancos era, respectivamente, de 47,7% e de 45,4% <sup>58</sup> (ver Figura 4).

Ademais, análises sobre os impactos dos desastres de Minas Gerais apontam que, tanto em Brumadinho quanto em Mariana, as populações negras foram as mais afetadas. Em 2015, quando houve o rompimento da barragem sobre Mariana, estima-se que 84,3% da população do distrito de Bento Rodrigues era negra<sup>59</sup>. E, em 2019, quando ocorreu o rompimento em Brumadinho, estima-se que cerca de 63,8% da população atingida nos primeiros 10 km do desastre era negra, sendo que nas áreas imediatamente atingidas estes percentuais chegavam a 70,5% (em Parque Cachoeira) e 58,8% (em Córrego do Feijão)<sup>60</sup>.

**Figura 4: Distribuição da população por cor/raça (2010)**



Fonte: IBGE 2010.

<sup>57</sup> Como em Brumadinho, a distribuição da população pelo território não é igual: em 2015 cerca de 84,3% da população de Bento Rodrigues era negra, sendo a população mais afetada pelo desastre, conforme dados da Justiça Global (2016).

<sup>58</sup> IBGE (2010).

<sup>59</sup> Justiça Global (2016).

<sup>60</sup> Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (2021).

Outro indicador considerado foi o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM considera três dimensões do desenvolvimento humano, sendo elas: longevidade, educação e renda, variando de 0 a 1; de modo que quanto mais próximo ao 1, maior o desenvolvimento humano local. Em 2010, Brumadinho, Itabira e Mariana possuíam IDHM altos (respectivamente, de 0,747, 0,756 e 0,742), e Nova Lima, um IDHM muito alto (0,813). Todos, portanto, possuíam IDHM mais elevados que o mineiro (0,731) e o brasileiro (0,724) (ver Quadro 3).

Já o Índice de Gini é utilizado como indicador da desigualdade social. Para isso, ele mede o grau de concentração de renda, assim – quanto mais próximo de zero, maior a igualdade na distribuição de renda; e quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Nova Lima e Brumadinho possuíam indicadores mais elevados, de 0,68 e 0,57, indicando maior concentração de renda. Já Itabira e Mariana possuíam, ambos, um índice de 0,51, indicando uma menor concentração de renda que os demais municípios e que de Minas Gerais (0,56) e do Brasil (0,54) (ver Quadro 3).

**Quadro 3: Indicadores socioeconômicos**

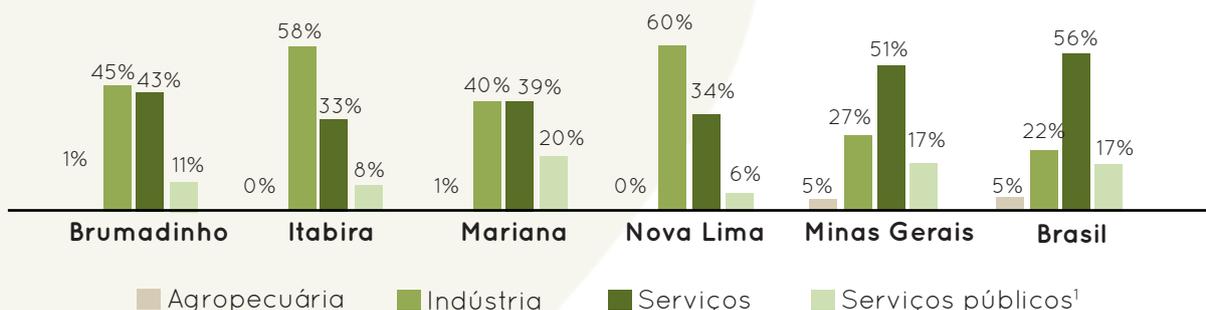
	Brasil	Minas Gerais	Brumadinho	Itabira	Mariana	Nova Lima
<b>IDH<sup>61</sup> E IDHM (2010)</b>	0,724	0,731	0,747	0,756	0,742	0,813
<b>ÍNDICE DE GINI<sup>62</sup> (2017)</b>	0,54	0,56	0,57	0,51	0,51	0,68

<sup>61</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal considera três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Ele varia de 0 a 1, e quanto mais próximo ao 1, maior o desenvolvimento humano local.

<sup>62</sup> O Índice de Gini é utilizado como indicador da desigualdade social. Para isso, ele mede o grau de concentração de renda: quanto mais próximo de zero, maior a igualdade na distribuição de renda, e quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

A decomposição do PIB dos municípios expressa o peso da mineração nas economias locais. Enquanto em Minas Gerais a participação do setor industrial, que abarca a mineração, foi de 27%, e, no Brasil, de 21,8%; em Nova Lima ela representou 59,7% do valor adicionado em 2019; em Itabira, 58,1%; em Brumadinho, 45,5%; e em Mariana, 40,8%. Em contrapartida, houve uma menor participação dos setores de Serviços e da Agropecuária nos municípios analisados. A participação dos Serviços Públicos variou entre 5,8% em Nova Lima e 19,8% em Mariana<sup>63</sup> (ver Figura 5).

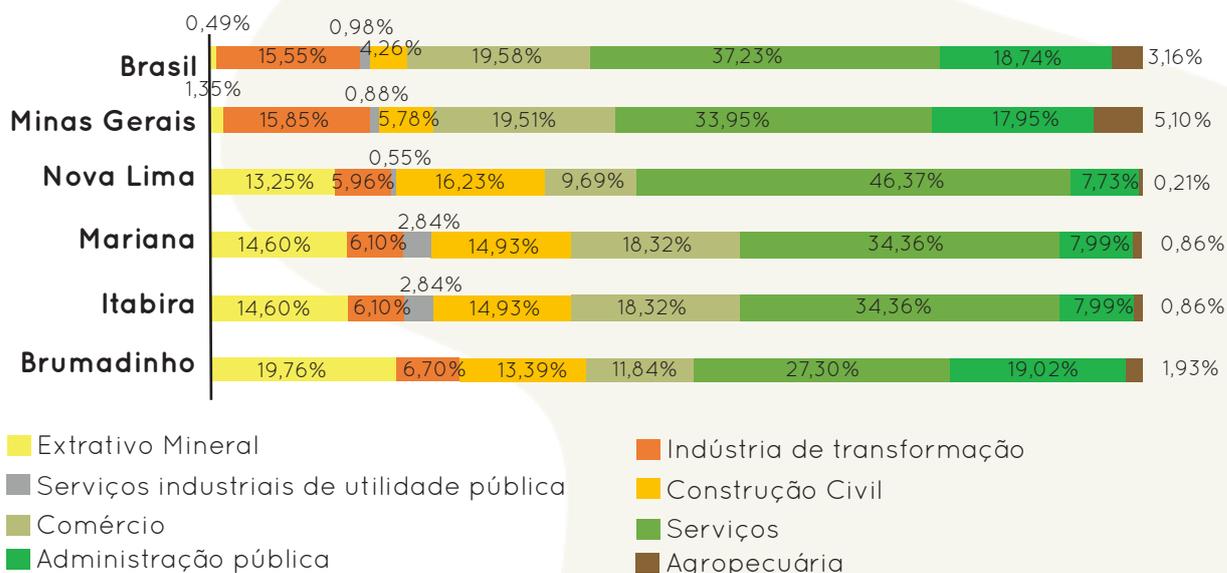
**Figura 5: Valor Adicionado Bruto setorial em proporção ao PIB (2019, preços correntes)**



<sup>1</sup> Serviços públicos: administração, defesa, seguridade social, educação e saúde públicas.  
Fonte: SIDRA - IBGE (2022).

A importância da mineração também aparece quando analisados os empregos formais. Enquanto o setor extrativo mineral foi responsável por cerca de 1,3% dos empregos formais de Minas Gerais e por menos de 0,5% dos empregos formais no Brasil, ele foi o terceiro setor que mais gerou empregos formais em Brumadinho e Nova Lima e o quarto que mais gerou empregos formais em Itabira e Mariana, conforme dados de 2020<sup>64</sup> (ver Figura 6).

**Figura 6: Distribuição percentual do emprego formal por setor de atividade econômica e por unidade federativa (2020)**



Fonte: RAIS (2020).

<sup>63</sup> Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>>.

<sup>64</sup> Dados disponíveis em: <[https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)>.



Por fim, ainda que tenham datas de fundação e/ou emancipação distintas, todos os municípios possuem uma história cruzada com o início da mineração em Minas Gerais. Assim, todos possuem patrimônios registrados e/ou tombados pelo IPHAN<sup>65</sup>, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e pelos municípios que apresentam políticas próprias de preservação do patrimônio cultural. Em Brumadinho, a gestão do patrimônio cultural e seu reconhecimento são responsabilidades do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, orientado pela Lei nº 2.539/2020<sup>66</sup>; em Itabira, do Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itabira<sup>67</sup>; em Mariana, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural<sup>68</sup>; e, em Nova Lima, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico<sup>69</sup>. A gestão de riscos e desastres, por sua vez, é realizada pelas Defesas Civas locais.

**“todos os municípios possuem uma história cruzada com o início da mineração em Minas Gerais.”**

---

<sup>65</sup> Na Lista de Bens Tombados pelo IPHAN, não constam bens tombados em Brumadinho. Iphan, (2021).

<sup>66</sup> ‘Lei nº 2.539, de 01 de julho de 2020’, Prefeitura Municipal de Brumadinho, 2020. <[https://www.cmbrumadinho.mg.gov.br/docs/legislacao/LEI\\_2539.pdf](https://www.cmbrumadinho.mg.gov.br/docs/legislacao/LEI_2539.pdf)>.

<sup>67</sup> ‘Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itabira completa 35 anos de criação’, Prefeitura de Itabira, 02 setembro 2021. <<https://www.itabira.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/conselho-municipal-de-patrimonio-historico-e-artistico-de-itabira-completa-35-anos-de-criacao/195001>>.

<sup>68</sup> <<https://www.compat.info/>>.

<sup>69</sup> ‘Centro Cultural de Nova Lima’, Nova Lima, s.d., <<https://novalima.mg.gov.br/cultura/trades/centro-cultural-de-nova-lima>>.

## 3.2 | EIXO 2: ATUAÇÃO

O eixo de atuação procura elucidar a relação da organização cultural com seu território e aprofundar as percepções das comunidades sobre assuntos relevantes à pesquisa. Esse processo é realizado essencialmente por meio de entrevistas. No caso deste projeto, as entrevistas foram conduzidas entre julho e agosto de 2021 com quinze membros/trabalhadores de seis organizações culturais que compõem o patrimônio cultural mineiro, mais especificamente da região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. Essas pessoas residem e/ou trabalham nos municípios de Belo Horizonte, Brumadinho (incluindo a comunidade quilombola de Marinhos, a qual está localizada no distrito de São José do Paraopeba); também, Itabira e Mariana (incluindo o distrito de Passagem); e Nova Lima.

As entrevistas foram analisadas aplicando-se o método de “análise temática”, que busca interpretar dados qualitativos a partir da identificação de temas comuns. Essa técnica de análise permite que, por meio da imersão nos dados, possamos reconhecer temas recorrentes que formam padrões de significados e, assim, estabelecer códigos que organizem nossos dados. A partir disso, as entrevistas são descritas e interpretadas de acordo com os temas identificados. Dentro dessa perspectiva metodológica, a análise seguiu um método exploratório guiado pelos próprios dados, o que significa que os temas foram identificados segundo o conteúdo das entrevistas, e não de acordo com hipóteses *a priori* (Braun e Clark, 2006, p. 83).

Os temas identificados a partir das entrevistas estiveram centrados na dinâmica dos patrimônios culturais e seu papel e importância, assim como o papel das comunidades em relação ao patrimônio cultural. Para além disso, a importância das organizações culturais e a dualidade da mineração na região também foram pontos focais.

A seguir, trazemos os principais temas identificados, sendo destacados com as respectivas análises e citações elucidativas.

### O papel da sociedade civil na manutenção dos patrimônios culturais materiais e imateriais.

Em termos gerais, as entrevistas indicam fortemente que, para as pessoas entrevistadas, o papel da sociedade civil na manutenção dos patrimônios culturais é central. Embora o poder público seja frequentemente mencionado como o principal responsável pela preservação dos patrimônios culturais da região, o envolvimento da população é apontado como essencial. Além disso, a falta de interesse da população é recorrentemente apontada como uma das principais ameaças a esses patrimônios.

“**Eu acredito que a própria comunidade é responsável pela preservação porque ela que é responsável por fomentar também. Não adianta existir e a própria comunidade não ter interesse ali em querer perpetuar aquele patrimônio. Então, acaba que, por exemplo, [a organização X], se a comunidade não tivesse interesse, não iam ter empreendimentos que facilitem a visita do visitante, como hotéis, restaurantes, além da [organização X]. Então, se não tivesse esse interesse, nenhum patrimônio estaria vivo até hoje. Então, a própria comunidade, ela é a principal responsável mesmo pela perpetuação do patrimônio” (Respondente 10).**

Ainda sobre as principais ameaças aos patrimônios culturais da região, a falta de financiamento, questões de intolerância política e religiosa e a desigualdade social também são frequentemente mencionadas.

**A educação como fomentadora da preservação.** Nota-se que a educação é consistentemente apontada como o principal mecanismo para promover o envolvimento da população com os patrimônios culturais, de forma que se caracteriza como uma estratégia para assegurar a preservação desses patrimônios. Dois mecanismos são evidenciados pelas falas das(os) respondentes: i) uma vez que a população é apresentada aos patrimônios culturais, ela aprende a valorizá-los e, assim, cresce a demanda por investimentos (públicos e privados) na área cultural; ii) com o maior envolvimento das novas gerações, práticas, hábitos e tradições terão continuidade e não se perderão.

“

**Se as escolas tentarem resgatar isso, dentro da escola é um ótimo lugar pra deixar essas histórias locais [...] a escola fazer visita com as crianças, com os adolescentes, pra conhecer os lugares que têm na comunidade. Eu acho que atividades dentro da escola também ajuda muito a preservar também a história do lugar, as histórias sejam passadas de geração em geração, os professores trabalhar essas histórias, trabalhar sobre esses lugares, vir aqui conhecer a cultura local, acho que isso faz com que isso seja preservado por mais tempo, não seja perdido”**  
(Respondente 3).

“

**A questão da educação, principalmente educação municipal, que é a dos menores, né, as primeiras séries da escola, ela é responsabilidade do município. O próprio município, ele tem isso, ele pode fazer isso de valorizar, de mostrar. Então, eu acho que pode vir tanto da educação desde pequeno, eu acho que é o mais importante porque é quando cria o caráter, cria os interesses. [...] Então, eu acredito que seja um erro tanto do município, de valorizar o que é seu, e vai criando uma bola de neve, quanto menos gente interessada, menos vai passando pra pessoa e vai criando essa bola de neve. Então, eu acho que pode ser um problema lá atrás que parou de valorizar, algum problema que teve, pra chegar hoje e as pessoas estarem o mínimo interessada, nem saber daquilo. Porque, se tem uma cobrança da população, se o poder público ver que aquilo é valorizado pela população e tem essa pressão em cima, eu acredito que a tendência, o certo, seria que aquilo também fosse valorizado por ele. Então, eu acho que é tudo muito feito assim, de ver que a população valoriza aquilo, que a população está interessada, pra poder ter essa intervenção do poder público”**  
(Respondente 12).

### **Organizações culturais como promotoras de educação e transformação.**

As organizações culturais aparecem como entidades capazes de proporcionar o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais, de expor as pessoas a realidades e a temas que impactem suas visões de mundo, que constituem suas personalidades. A partir das novas habilidades adquiridas, tanto os membros quanto o público-alvo das atividades dessas organizações podem ampliar seu leque de interesses e de atuação profissional. Com isso, a área cultural é vista como uma alternativa econômica à atividade minerária.

As (Os) respondentes mais jovens relataram uma trajetória semelhante quanto à sua relação com o patrimônio cultural local, representado pela organização cultural à qual estão vinculados: iniciaram suas atividades nessas organizações quando crianças ou adolescentes – como membros, bolsistas ou estagiárias(os) – e desenvolveram habilidades ligadas à cultura e à arte, passando a atuar profissionalmente nessas áreas ao iniciarem a vida adulta. Além disso, elas(es) relatam que o envolvimento com essas organizações impactou sua visão de mundo, suas relações interpessoais e suas identidades.

“

Todo patrimônio cultural tem uma história, ele é considerado patrimônio pela história que ele carrega, pode ser uma história mais recente, pode ser mais antiga, mas ele sempre conta histórias e isso ajuda a perpetuar tudo aquilo que ele representa [...]; como [a organização X], por exemplo, é uma história que está em construção, é um patrimônio novo [...], mas que vem transformando a história de diversas pessoas, a vida de diversas pessoas. A minha, por exemplo, eu não sei se eu não tivesse tido esse contato com [a organização X] há muitos anos atrás, eu não sei como eu estaria hoje, pra qual lado eu iria, se eu teria a mesma visão de mundo que eu tenho hoje. Então, isso é importante, pessoalmente falando, foi importante pra mim e acredito que vai ser importante pra outras pessoas também” (Respondente 10).

“

Acho que 100% do que eu estou fazendo aqui é por causa disso. Porque antes, além da coragem que a gente ganha, porque antes eu não conseguia falar em público, não conseguia articular as coisas, então, hoje, eu já não tenho essa vergonha mais. Precisar, se tiver acontecendo alguma coisa – que já aconteceu, estiver num grupo de amigo e alguém falar alguma coisa sem noção, eu vou virar e falar ‘não, por que você está falando isso?’ [...]. Então, eu acho que 100% de certeza eu não estaria fazendo o que eu faço hoje, a opinião que eu tenho hoje, se eu não estivesse lá. Além disso porque, como as pessoas são diferentes, a gente tende a conversar sobre... a gente entende o porquê que tal lugar é assim... [...]. Então, eu acho que 100% do que eu sou, assim, 80% do que eu sou hoje é por causa dessa criação mesmo na [organização X], porque desde os 9 anos de idade, não sabia fazer nada e chegar hoje, 21, e estar assim...” (Respondente 12).

### O poderio econômico da mineração.

O poderio econômico das mineradoras no Quadrilátero Ferrífero é considerado como um fator que constrange a atuação profissional das pessoas da região e sua relação com o meio ambiente. Existe um dualismo entre a relevância das mineradoras para a economia local e os impactos ambientais provocados tanto pela atividade minerária regular quanto pelos recentes desastres ambientais (os rompimentos das barragens de Fundão e do Córrego do Feijão). Dessa maneira, relações sociais e macroeconômicas contraditórias se estabelecem na região e evidenciam-se nas falas de diferentes respondentes.

“Eu acho que isso [sentir-se ameaçada(o) por novos desastres] é o sentimento de todo mundo que faz parte do Quadrilátero Ferrífero. Porque, apesar de a gente reconhecer a importância da mineração pra gente, né, mas a gente reconhece também que qualquer desastre ambiental a cidade acaba. Então, assim, tem os dois lados da moeda” (Respondente 2).

“[...] como aconteceu, por exemplo, da que já teve, por exemplo, de Bento Rodrigues [respondente está se referindo ao estouro da Barragem do Fundão], as pessoas atingidas foram meio que obrigadas também a ir atrás de tudo que perdeu e tudo mais. Mas, por exemplo, aqui [na cidade X] não teve nenhuma mobilização por causa disso exatamente que aconteceu lá [...] Aqui a preocupação, aqui [na cidade Y], o município, foi de ‘será que as empresas vão fechar?’ Ou ‘como que vai ser agora? Qual a via econômica que a gente vai ter?’. Porque muita gente que trabalha, que mora aqui [na cidade X] trabalhava lá na empresa e ficou com medo de ela fechar, os [na cidade Y] também. Então a preocupação foi essa quando aconteceu, não com os direitos.” (Respondente 3).

“Eu acho que o poder econômico ele sempre vai falar muito maior do que vidas, do que tudo, assim. É uma perspectiva, não é uma perspectiva boa, apesar de eu ser uma pessoa muito esperançosa que isso ainda vá melhorar, que vão ser criadas leis que vão ser cumpridas, que serão cumpridas, mas hoje eu ainda não acredito que a gente não venha a ter outro acidente, outro desastre do nível que ocorreu aqui” (Respondente 6).

**Os efeitos nocivos da mineração para o meio ambiente (para além dos desastres).** Finalmente, evidencia-se que o impacto ambiental da mineração na região vai para além dos efeitos diretos dos rompimentos das barragens. As consequências mais gerais são indiretas, abarcando áreas mais extensas do que aquelas diretamente atingidas pela lama e por rejeitos.

Do ponto de vista econômico, muitas organizações culturais foram afetadas por terem tido que interromper suas atividades (seja porque as estradas estavam bloqueadas, seja porque o comércio local foi paralisado, seja, ainda, porque se viveu um luto coletivo à época) e/ou por terem sofrido quedas significativas na procura por atividades culturais e turísticas. Além disso, impactos anteriores aos mais recentes desastres provocados por rompimentos de barragens já afetavam o meio ambiente na região e a qualidade de vida dos moradores.

“[...] desde sempre somos atingidos, desde sempre somos atingidos, porque aí então tá, o que é ser atingido? Eu estou sendo atingido, aí se eu falar de lama, enfim, a lama não chegou aqui, mas a gente é totalmente atingido, mesmo a lama não tendo chegado na comunidade, a gente é diretamente atingido, porque quando ela atravessou a rua, por exemplo, lá [na cidade X], então não tivemos estrada. Ficou um dia sem estrada. A galera tinha que comprar comida, ficou complicado de atravessar, a cidade uma loucura, você não imagina como que a cidade ficou, mercado, gente, fechado, tudo, imagina filme, um filme de terror aconteceu ao vivo e eu vi muita coisa. Então, sempre atingido, desde sempre atingido” (Respondente 13).

“Eu acho que o maior risco que a gente possa ter realmente de acontecer algum crime ou alguma tragédia como foi aqui, aí nós somos realmente mais atingidos, mas a própria questão mesmo de tirar, acabar com uma serra, acabar com uma floresta, isso indiretamente prejudica todos nós independente de estarmos envolvidos com uma organização cultural ou não, porque mais do que a cultura que a gente tem, por exemplo, a Serra dos Três Irmãos, um marco aqui, um símbolo, vamos supor que a mineradora destruiu, ela acabaria com um símbolo cultural, natural da cidade, mas mais do que isso tem a questão mesmo da saúde, estar acabando com o meio ambiente para construir algo que visa lucro, que venha esse outro lado econômico” (Respondente 14).

### 3.3 | EIXO 3: IMPACTO

A noção de impacto varia entre diferentes disciplinas e no decorrer do tempo. Existem abordagens bastante diversificadas a respeito dos impactos da cultura. O foco nos aspectos econômicos dessa gama de possíveis impactos, muitas vezes, deve-se ao fato de indicadores econômicos serem amplamente reconhecidos e considerados na elaboração de políticas públicas, bem como usados para legitimar a alocação de recursos públicos. Não obstante, ao passo que as ciências econômicas têm debatido (e criticado) o uso de indicadores estritamente monetários nas análises de impacto, as ciências sociais vêm propondo novas formas de se avaliarem os impactos de ações e políticas. Dessa forma, a multidisciplinaridade está na base dos estudos de avaliação de impacto e de proposição de políticas públicas e sociais.

Nesse sentido, a concepção de impacto tem-se ampliado e, conseqüentemente, os indicadores de impacto do setor cultural são constantemente reformulados e testados. Como mencionado, o projeto *Relative Values* e os seus desdobramentos (como a pesquisa Raízes de Resiliência) inserem-se nesse debate com o objetivo de propor novos olhares sobre os impactos de organizações culturais, bem como de gerar dados que ilustrem tais impactos, em especial, organizações que atuam com temas e em locais marginalizados.

**“ O Projeto Raízes de Resiliência buscou avaliar os efeitos positivos de ter contato e/ou se envolver com ações de organizações culturais do Quadrilátero Ferrífero.”**

Para além de aspectos teórico-conceituais, existem outras variações na avaliação de impactos, isto é, um programa, ação ou política podem ter impactos tanto positivos quanto negativos, previstos ou inesperados, diretos ou mediados por outros fatores, individuais ou coletivos. Embora a ideia de “positividade” e “negatividade” varie de acordo com o público avaliado e a abordagem teórica, existem alguns aspectos da sociedade amplamente valorizados: saúde, educação e economia. Esses três pilares são comumente relacionados à ideia de bem-estar e qualidade de vida, igualmente polissêmica e, portanto, com indicadores dos mais variados.

O Projeto Raízes de Resiliência buscou avaliar os efeitos positivos de ter contato e/ou se envolver com ações de organizações culturais do Quadrilátero Ferrífero. A pesquisa se concentrou em avaliar impactos *individuais* e em identificar possíveis indicadores desses efeitos. O projeto tem uma proposta descritiva e inclui a coleta de dados a respeito das seis organizações parceiras. Para indicar se os efeitos analisados são diretos ou mediados, métodos mais específicos de análises causais e de correlação seriam necessários. Não obstante, os indicadores resultantes dessa pesquisa servem de base para futuras análises e explorações dentro da temática. Ademais, a análise qualitativa aqui empregada é importante para elucidar conexões, relações e caminhos pelos quais os impactos dessas organizações ocorrem, ampliando, assim, a compreensão do fenômeno como um todo.



Foto: People's Palace - Brendon Campos

### 3.3.1 | PERFIL DOS RESPONDENTES

Os dados quantitativos aqui analisados foram obtidos por meio de questionários fechados, os quais foram aplicados pelas organizações parceiras junto a seu público e a (ex)membros ou funcionários. Os questionários foram criados conjuntamente pela equipe da PPP e pelas organizações parceiras, sendo compostos por 27 questões comuns a todas as organizações e até três questões específicas por grupo. Ao todo, foram coletadas 489 respostas entre junho e agosto de 2021. A aplicação do questionário foi majoritariamente remota, por meio da plataforma *SurveyMonkey*, mas também houve aplicação face a face para parte dos respondentes residentes na Comunidade Quilombola de Marinheiros. A análise das respostas obtidas está nas subseções seguintes<sup>70</sup>. Apresentamos, inicialmente, o perfil dos respondentes.

**Por meio dos 489 questionários analisados, foi possível ouvir pessoas envolvidas com as seis organizações parceiras. A distribuição de respondentes por organização está disposta na Figura 7. Percebe-se uma diferença no quantitativo de respostas, o que se deve ao tamanho do público-alvo escolhido por cada organização e às estratégias de mobilização de respondentes<sup>71</sup>.**

**Figura 7: Respondentes por organização**



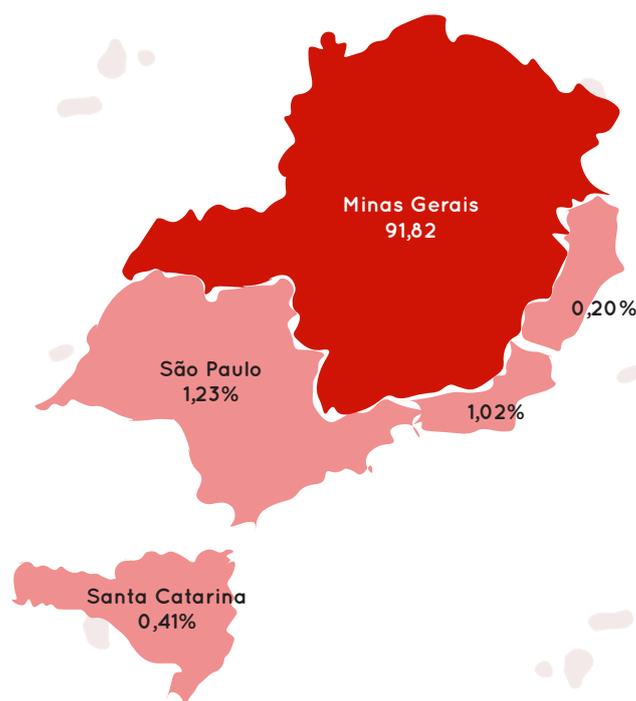
Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

<sup>70</sup> A não ser que esteja sinalizado, no decorrer de todo este relatório, todas as análises são referentes as 489 respostas totais.

<sup>71</sup> Ao delimitar seu público-alvo, algumas organizações escolheram programas específicos. Este foi o caso da FCCDA, que aplicou o questionário apenas junto a (ex)participantes do Programa Drummonzinhos.

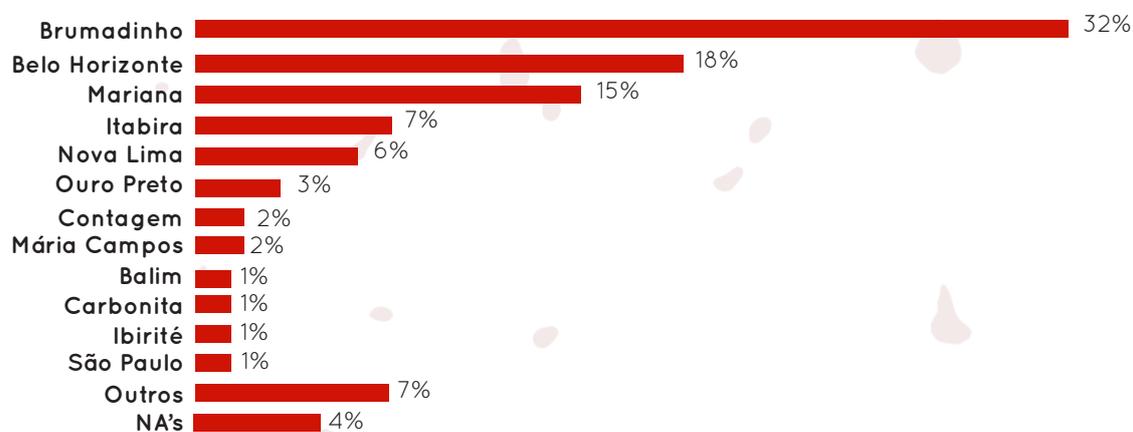
A grande maioria dos respondentes (92%) reside em Minas Gerais, sendo Brumadinho, Belo Horizonte, Mariana, Itabira e Nova Lima as cidades da amostra que concentram mais entrevistados (Figura 8). Dentre os respondentes que moram em Brumadinho, ao menos 20% são moradores da Comunidade Quilombola de Marinhos. Já entre os respondentes habitantes de Mariana, ao menos 51% moram no distrito de Passagem (Figura 9). Trata-se de um público altamente escolarizado, jovem e majoritariamente feminino.

**Figura 8: Distribuição dos respondentes por UF**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

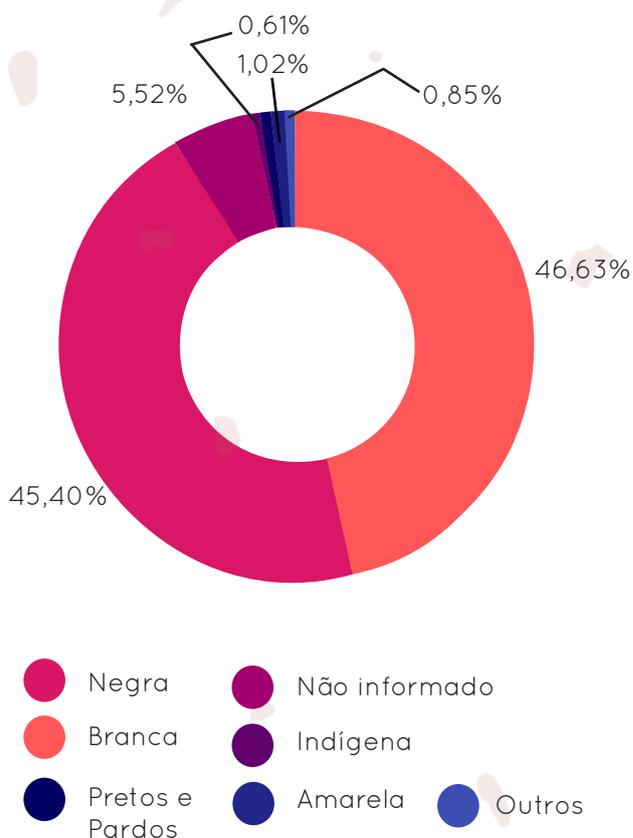
**Figura 9: Distribuição dos respondentes por município**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

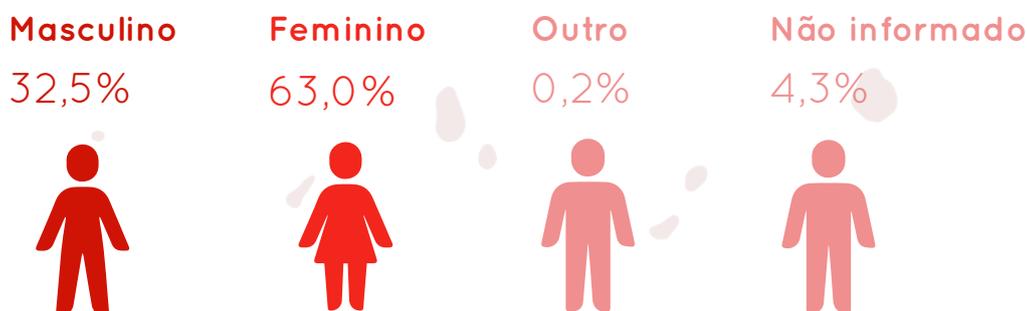
A maioria das pessoas que responderam à pesquisa se identifica como branca, diferentemente do total da população da maior parte das cidades analisadas, conforme esclarecem os dados apresentados na seção anterior. O percentual de autodeclarados negros ou pardos somado é equivalente ao de brancos (ver Figura 10). No entanto, é preciso salientar que essa questão não incluía a opção “parda” em razão da problemática envolvida nos esforços de apagamento da categoria racial negra com o uso de termos como “pardo”, “moreno” ou “mestiço”<sup>72</sup>. Não obstante, os respondentes puderam escolher marcar a opção “Outra” e, assim, declarar pertencer a outras categorias de identificação racial. Ainda, houve uma maior participação de mulheres (63% dos respondentes) (Figura 11), de jovens entre 18 e 34 anos (42,5%) (Figura 12), de pessoas com o ensino superior completo 47,6% (Figura 13) e com renda familiar entre 2 e 5 salários-mínimos (38,4% dos respondentes) (Figura 14).

**Figura 10: Raça dos respondentes**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

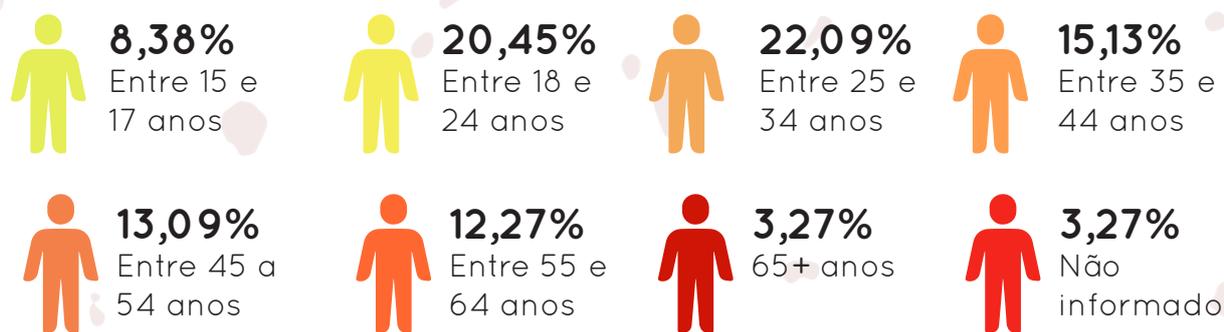
**Figura 11: Gênero dos respondentes**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

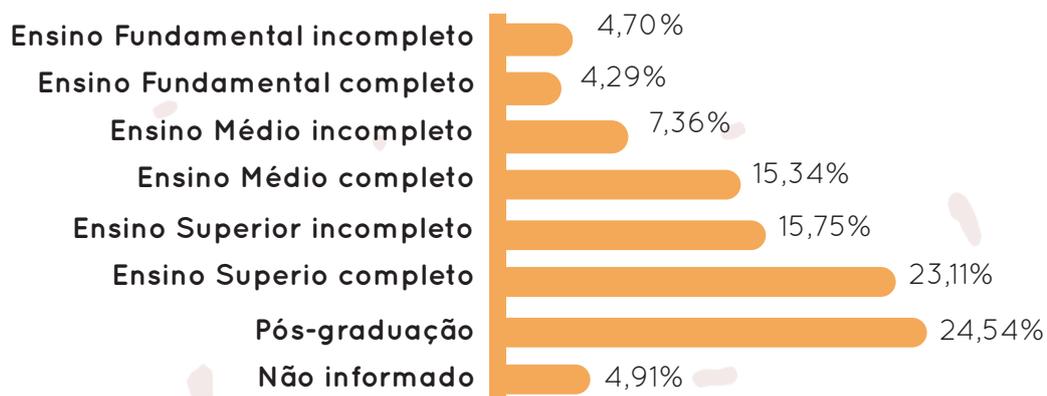
<sup>72</sup> Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/quase-brancos-quase-pretos/#page5>>. Acesso em 20 maio 2021.

Figura 12 | Faixa etária dos respondentes



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

Figura 13: Escolaridade dos respondentes



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

Figura 14: Faixa de renda familiar dos respondentes



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

### 3.3.2 | TEMPOS DE CRISE E SAÚDE MENTAL

Uma dimensão do impacto da atuação das organizações artísticas diz respeito à saúde mental das pessoas impactadas por suas atividades, sejam elas membros das próprias organizações, ou o público de suas ações. Esse impacto é importante, sobretudo, em situações de crise, como os recentes desastres ambientais que vitimaram a população da região e a pandemia da Covid-19.

Nesse sentido, 61,4% dos respondentes indicaram que o trabalho das organizações culturais os ajudou a lidar com problemas que afetaram sua saúde mental, como desastres ambientais e crises sanitárias. O impacto também foi percebido quando as organizações precisaram parar seus trabalhos: 94% dos respondentes indicaram sentir muita falta das atividades das organizações quando elas precisam ser interrompidas por qualquer razão, como, por exemplo, pela pandemia da Covid-19 (ver Figura 15).

**Figura 15: Relação dos respondentes com a organização e impactos na saúde mental**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

### 3.3.3. | ACESSO A ATIVIDADES CULTURAIS E AQUISIÇÃO DE HABILIDADES

Outra dimensão de impacto das organizações culturais parceiras ocorreu pelo fomento à prática de atividades culturais, pela ampliação do acesso à cultura e pelo desenvolvimento de habilidades e aquisição de conhecimentos ligados à cultura. Mais da metade dos 489 respondentes indicou ter adquirido conhecimentos ligados à cultura local (60,5%), às artes (56,5%) e às tradições culturais (52,7%) por meio da participação junto às atividades das organizações (Figura 16). Essa informação é corroborada pela confiança em trabalhar com atividades culturais, as quais os respondentes declaram ter adquirido por meio de seu envolvimento com as organizações culturais, conforme se verá mais à frente.

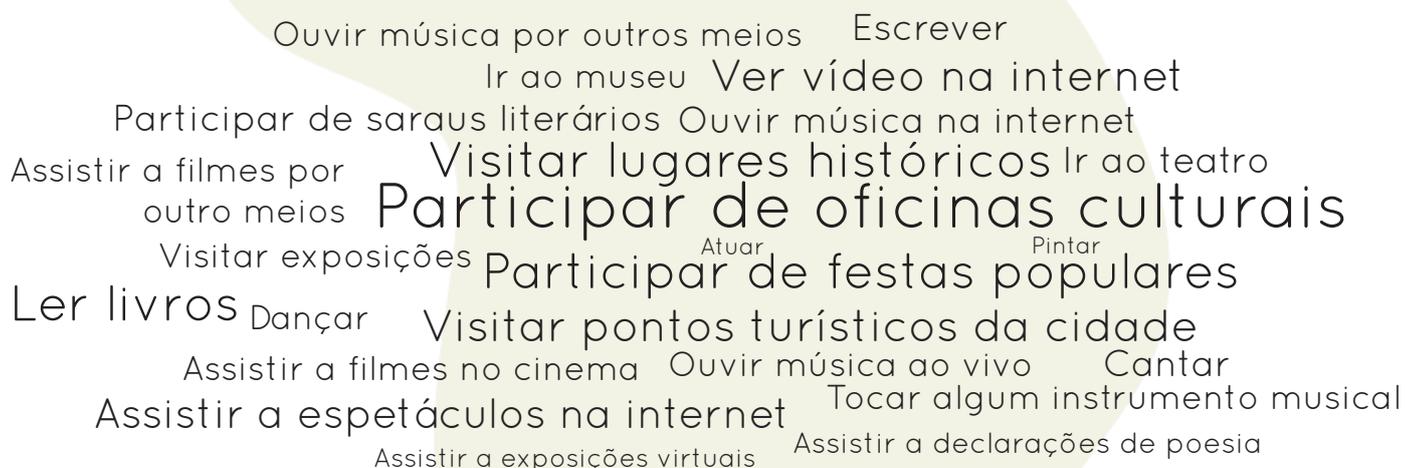
**Figura 16: Nuvem de palavras - Conhecimentos adquiridos através do envolvimento com as organizações culturais parceiras**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

**Adicionalmente, conhecer ou se envolver com os grupos parceiros levou os respondentes a realizarem com maior frequência atividades como a participação em oficinas culturais (48,5%), em festas populares (44,8%) e a leitura de livros (36%) (Figura 17). Nota-se que cada organização, de acordo com seu foco de atuação, estimulou a aquisição de conhecimentos e a realização de atividades específicas;**

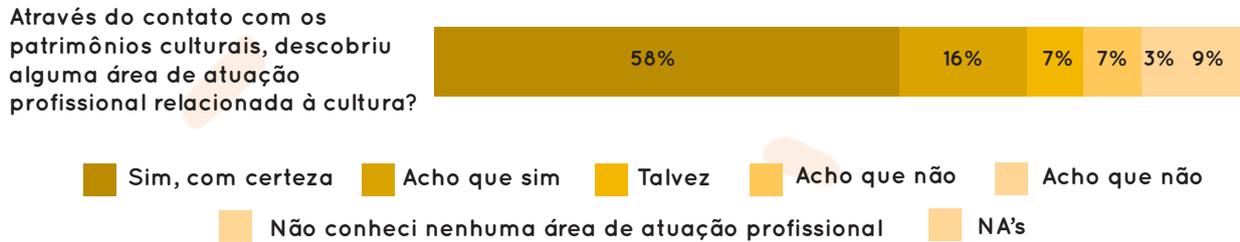
**Figura 17: Nuvem de palavras - Atividades realizadas com maior frequência pelos respondentes após o envolvimento com as organizações culturais parceiras**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

Ademais, 73,4% dos entrevistados indicaram ter descoberto áreas de atuação profissional relacionadas à cultura a partir de seu contato com as organizações culturais analisadas (ver Figura 18).

**Figura 18: Relação com a organização e a descoberta de áreas de atuação profissional**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

### 3.3.4. | CAPITAL SOCIAL E REDES

Uma terceira dimensão de impacto da atuação das organizações culturais está relacionada ao estabelecimento de redes de contato e convívio, o que permite a expansão do capital social dos entrevistados. Nesse sentido, 86,9% dos entrevistados declaram ter conhecido novas pessoas a partir do contato com as organizações. Além disso, 80% dos respondentes declaram ter tido contato com variados profissionais relacionados à área da cultura, como artistas, produtores(as) e museólogos(as), por meio de seu envolvimento com as organizações (Figura 19).

**Figura 19: Formação de redes**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021

### 3.3.5. | AUTOCONFIANÇA E SENTIMENTO DE EFICÁCIA

A quarta dimensão do impacto das organizações culturais diz respeito ao sentimento de eficácia<sup>73</sup> dos entrevistados quanto ao patrimônio cultural local e à sua confiança para realizar atividades diversas. **De forma geral, os respondentes se mostraram confiantes para desempenhar variadas atividades, especialmente organizar ou participar de eventos culturais ou trabalhar em atividades ligadas ao setor cultural.** Além disso, 75% dos entrevistados acreditam que conseguem influenciar o futuro e a preservação do patrimônio cultural local, enquanto uma parcela mais reduzida (43%) dos respondentes sente que os responsáveis pela preservação e pela manutenção do patrimônio cultural local consideram o que pessoas como elas dizem (Figura 20).

**Figura 20: Capacidade de contribuir para mudança e capacidade de influenciar responsáveis**

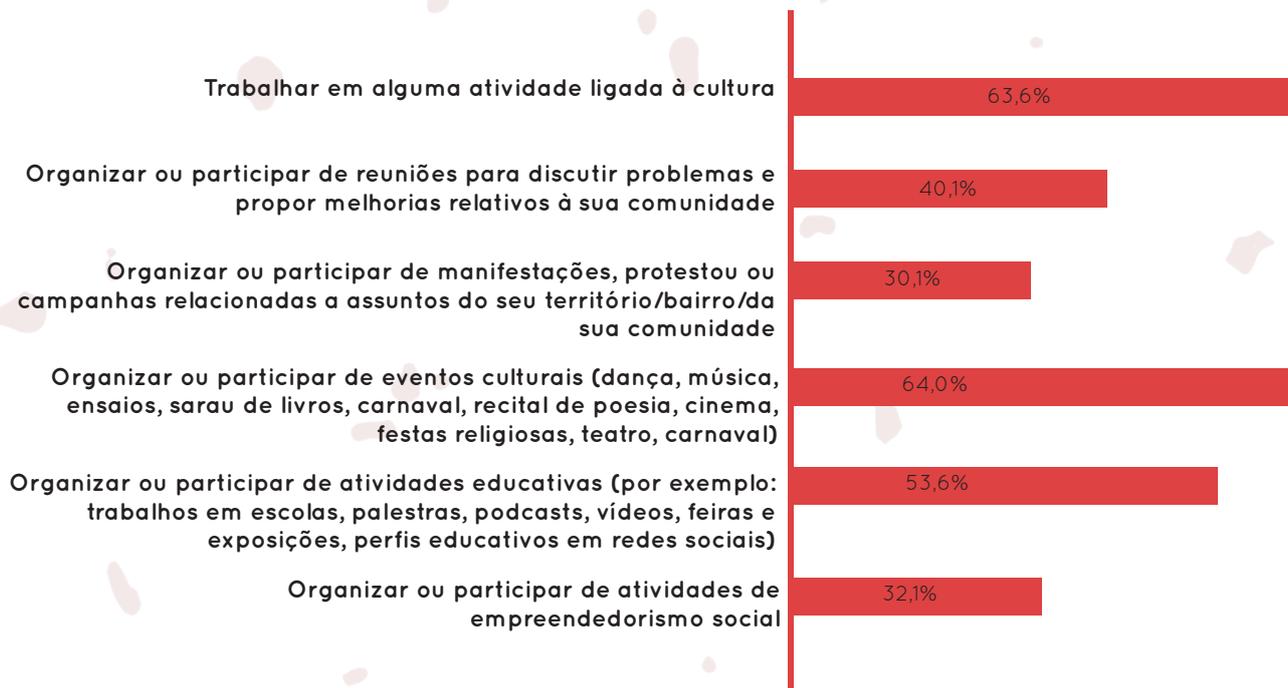


Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.



<sup>73</sup> O sentimento de eficácia diz respeito a se sentir capaz de influenciar os rumos de sua comunidade e sentir que sua opinião é levada em consideração por quem toma decisões a esse respeito.

**Figura 21: Depois do contato com os patrimônios, sente-se confiante para realizar alguma das seguintes atividades?**



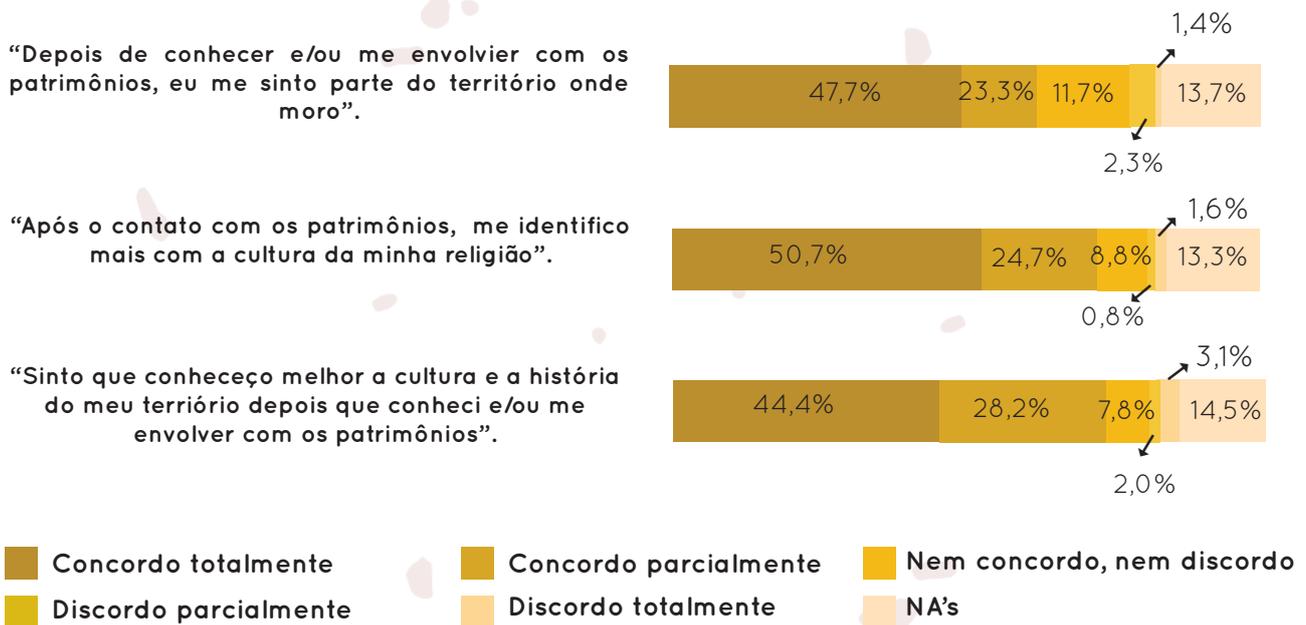
Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.



### 3.3.6. | ENVOLVIMENTO E PERTENCIMENTO

Na quinta dimensão de análise, avaliamos se o contato ou o envolvimento com as organizações culturais parceiras impacta o sentimento de pertencimento e o engajamento social das pessoas. Para a maioria dos respondentes, o contato com as organizações ampliou a sensação de pertencimento ao território e a identificação com a cultura local (ver Figura 22). Além disso, o contato com as organizações promoveu o conhecimento sobre a cultura e a história locais, bem como propagou o interesse por realizar práticas culturais tradicionais da região e aumentou o envolvimento com questões e problemas próprios do território, bairro ou região (Figura 23).

**Figura 22: Nível de concordâncias com as afirmações sobre envolvimento**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

**Figura 23: Nível de concordância dos respondentes a afirmações sobre pertencimento**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

### 3.4. | EIXO 4: DIAGNÓSTICO DE PERCEPÇÃO DE RISCOS

A fim de colaborar para as ações de proteção ao patrimônio cultural da região, a pesquisa Raízes de Resiliência também explorou a percepção dos respondentes e dos entrevistados quanto aos riscos em geral e às ameaças ambientais ao patrimônio cultural da região. Quando questionados sobre os riscos de novos desastres na região, duas linhas de respostas predominaram. A primeira é a percepção de que a população da região vive sob um risco contínuo de novos desastres: a região, para estes respondentes, seria como uma “bomba relógio” (Respondente 1). A segunda, por vezes expressa como um desejo, é a de que há baixo risco de um novo desastre nos mesmos locais. Como dito em uma das entrevistas:

*Eu sou uma pessoa muito esperançosa das coisas, sabe, então eu acredito que aqui [as pessoas] não [estão sob ameaça de serem atingidas por novos crimes ambientais] porque já aconteceu. [...] Aqui virou a cidade, pra mim ela virou uma referência de tragédia, de rompimento de barragem, de vidas perdidas. Então, eu acredito que deve ter alguém na cidade que, ou no estado ou no país ou no mundo, que esteja preocupado para que não acontecesse de novo. Mas eu acredito que em outro lugar possa acontecer novamente, porque se aconteceu em Mariana [...] é porque alguma coisa está errada e que deveria ter sido olhada e não foi. Não sei por quem, quais seriam as autoridades necessárias ou as próprias empresas, mas eu acredito que possa vir a acontecer novamente numa amplitude como foi a daqui, mas acredito que não aqui, porque aqui, não é possível que de depois de tudo que aconteceu, acontecer de novo... Seria como se dois raios caíssem no mesmo lugar, é muito difícil acontecer. (Respondente 14, grifos nossos)*

A percepção dos riscos de desastres também parece ter se modificado ao longo do tempo, pois possibilitou uma melhor divulgação de informações e compreensão dos riscos pelos entrevistados após os desastres recentes. Ainda assim, alguns entrevistados indicaram uma falta de informações sobre os riscos, por vezes acompanhada da vontade de saber mais, mas também indicaram percepções em relação à desconfiança quanto às informações recebidas:

*[...] através do meu conhecimento, que é muito superficial sobre a existência dessas barragens, quantas têm, se ainda tem alguma que traga risco para as pessoas que estão ali. Então, [a possibilidade de novos desastres] não é um medo, não é uma fobia que eu tenha. Mas acho que pode ser por falta de conhecimento mesmo. (Respondente 10)*

*[...] eu acho que eu preciso de estar mais informada, sabe? Principalmente entender os órgãos que trabalham pra essa preservação. Igual eu falei dessa questão do poder público e dos órgãos públicos. Eu entendo, sei quais são, mas eu queria aprofundar um pouquinho mais nisso. (Respondente 4)*

*[...] infelizmente, por se tratar de uma área mineradora, eu não sei [...] até que ponto eles vão querer informar a gente nesse sentido de poder deixar a gente, de poder fazer com que a gente evite novos desastres. Então, assim, eu não tenho essa total confiança não, por mais que a gente vê aí as informações vindo, mas ela não vem, talvez ela não venha tão completa, de uma maneira que a gente possa contribuir para que esses desastres não aconteçam. (Respondente 4)*

Nas entrevistas, o risco de novos desastres é diretamente associado à possibilidade de destruição e ao apagamento dos patrimônios culturais locais materiais e imateriais. Aqui, a preocupação maior é com as pessoas, que dão sentido inclusive aos patrimônios materiais. Como exemplificado por um dos respondentes, um patrimônio cultural, como uma igreja, “muitas das vezes é um certo grupo de pessoas, uma certa família que cuida daquela igreja [...], então, se essas pessoas estão ameaçadas, se acontece algo com aquelas pessoas, então, o patrimônio está ameaçado, ainda mais porque aquilo que é feito de pessoas” (Respondente 12).

Contudo, os desastres também trazem riscos indiretos ao patrimônio, especialmente por seus impactos econômicos sobre a região. Além da interrupção das atividades econômicas, abordada no Eixo 2 deste relatório, os entrevistados apontaram um retraimento econômico geral, inclusive com menor investimento público em áreas como educação e cultura. Mais frequente nas entrevistas está presente a avaliação de que o risco seja que as pessoas, com medo de novos desastres, deixem de visitar e de se envolver com os patrimônios culturais, como pode ser observado nas seguintes respostas: “[...] um dos riscos é o local ser meio que abandonado, mesmo, pelo medo das pessoas” (Respondente 10); “[...] as pessoas passam a não ir, ficam com medo de visitar, com isso, os espaços ficam abandonados, caem no esquecimento” (Respondente 11).

Nesse sentido, para além dos desastres, os entrevistados enfatizaram os riscos advindos da falta de conhecimento e valorização dos patrimônios culturais locais. A falta de interesse e de envolvimento da população é apresentada como um dos principais riscos a preservação do patrimônio:

**Eu acho que o maior risco é o não envolvimento da população no conhecimento, no sentido de a população não reconhecer, não se sentir pertencente, não reconhecer esse patrimônio como seu. (Respondente 5)**

**E a história é feita de pessoas, se as pessoas acabam, se essa cultura não é passada pra frente, então, está ameaçado. Então, eu acho que é a questão das pessoas, tanto nos patrimônios imateriais quanto nos materiais, porque nos materiais precisam daquela pessoa pra manter aquilo. Então, eu acredito que o maior risco é pessoal, da questão da valorização das pessoas. (Respondente 12)**

Ao abordar esta questão, frequentemente os entrevistados a relacionam com o papel da educação para o conhecimento e a valorização dos patrimônios culturais, como aprofundado no Eixo 2. No entanto, também trazem a necessidade de reconhecimento do poder público, cuja falta é identificada como um risco ao patrimônio que se apresenta por meio da falta de financiamento público e de suporte à preservação patrimonial e às atividades culturais como um todo:

Eu acho que patrimônio cultural fica muito vulnerável não só a essas questões ambientais que você falou, mas no sentido, realmente, das instituições serem fortes e terem continuidade, ter o cuidado, o respeito que elas precisam ter. [...] [Aqui] tem também [o problema de] não trabalhar esses locais da forma que eles precisam ser trabalhados, que é realmente dinamizando, dando vida pra que esses locais, eles gerem cultura realmente. Então isso é um risco grande. (Respondente 8)

[...] preservação não é só falar assim “aquele lugar é bonito”, mas é poder usufruir dele, é poder estar presente dentro dele, desse trabalho. Porque aí você vai falar com mais prioridade que você preserva e cuida daquele patrimônio. Então também é poder participar. E também ter essa abertura, ter essa sensibilidade para todos poderem participar. (Respondente 4)

Esses riscos também foram apontados como centrais pelos respondentes dos questionários. Para eles, os principais riscos ao patrimônio cultural local são a falta de financiamento público (52,6%); os crimes ambientais (49,5%), definidos no questionário como “todo e qualquer dano ou prejuízo evitável causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e o patrimônio cultural”; o baixo interesse e/ou envolvimento por parte da população (45,8%); e as dificuldades econômicas que atingem a população (44%) (Figura 24).

Figura 24: Na sua opinião, o patrimônio cultural do seu território/da sua região está sob ameaça de algum dos itens a seguir?



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

Cabe destacar que essa percepção de riscos apresenta variações conforme a faixa etária dos respondentes; assim, enquanto os mais jovens (entre 15 e 34 anos) expressaram maior preocupação com o baixo interesse e/ou envolvimento da população com os patrimônios culturais, os demais entrevistados (35 anos ou mais) deram maior ênfase a questões ligadas às dificuldades econômicas do setor cultural e da população em geral. A preocupação com os crimes ambientais se mostrou central para todas as faixas etárias analisadas.

Também há variação quando as respostas são estratificadas de acordo com a raça autodeclarada dos respondentes, mesmo quando considerados apenas os grupos com maior participação. Para os respondentes brancos, os principais riscos são a falta de financiamento público (60,5%), os crimes ambientais (59,5%) e os acidentes ambientais (53,9%). Já para os respondentes autodeclarados negros (pretos e pardos), são centrais o baixo interesse/envolvimento por parte da população (51,4%), a falta de financiamento público (46,1%) e os crimes ambientais (43,9%). Por fim, quando realizado o recorte por gênero dos respondentes, a falta de financiamento público se manteve como o principal risco para todos. Entretanto, as mulheres deram maior ênfase aos crimes ambientais (52,3%) e às dificuldades econômicas que atingem a população (45,4%); enquanto os homens, ao baixo interesse/envolvimento da população (52,8%) e à falta de financiamento privado (50,9%).

A pesquisa também mapeou os problemas ambientais que mais representam riscos para o patrimônio cultural do Quadrilátero Ferrífero na visão dos participantes. Tanto os entrevistados quanto os respondentes indicaram uma forte preocupação com a exploração dos recursos naturais da região, relacionada sobretudo à mineração e à exploração dos recursos hídricos, mas não exclusivamente ligada a elas:

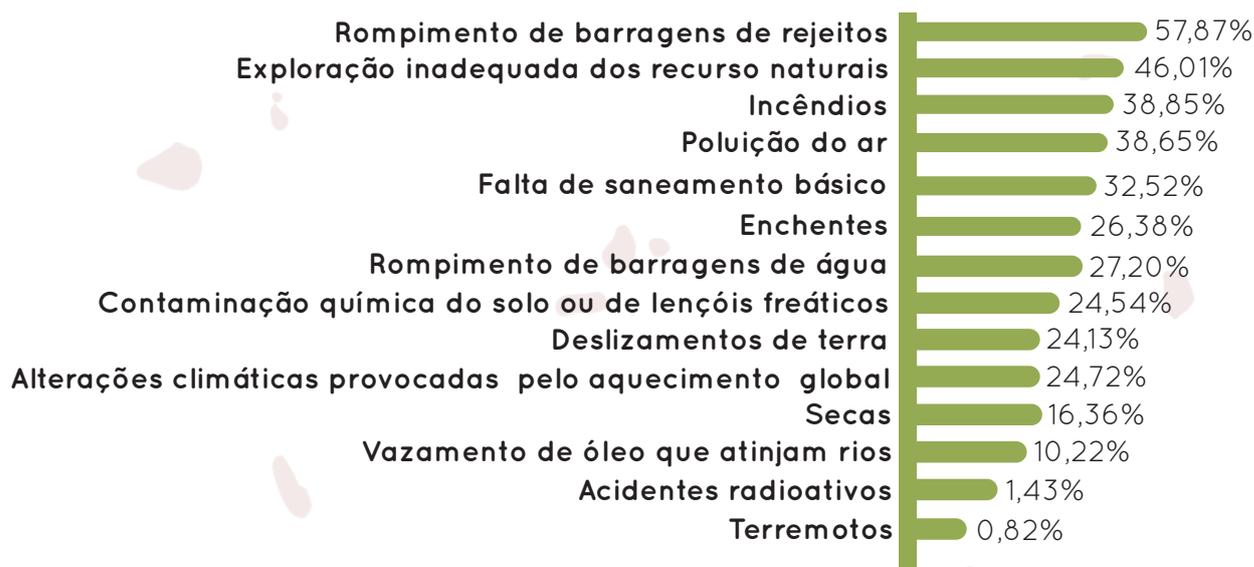
**Na visão dos patrimônios ambientais e arqueológicos, afeta essas questões dos solos, a poluição direta do ar, os tremores que acontecem aqui quando tem essa... as explosões nas minas aqui ao redor, a contaminação do ambiente como um todo, nesse sentido. (Respondente 5)**

**Do ponto de vista ambiental, a degradação ela é evidente, agora há um risco sempre de rompimento de barragem, há um risco [de] implantação de uma nova cava. Eu acho que implantação de uma mina por si só já é um desastre ambiental enorme, assim. E quando a gente está falando de implantação de nova mina, a gente está falando de degradação contra o ambiente, e Brumadinho tem muitas nascentes, muitas cachoeiras [...]. E tudo isso fica em risco, né? E, além disso, aqui no centro tem o risco da enchente do rio, de incêndio, nesse período aqui é muito comum, período de seca. (Respondente 9)**

Nesse sentido, para os respondentes dos questionários, os maiores problemas ambientais atuais são a possibilidade de novos rompimentos de barragens de rejeitos (57,9%) e a exploração inadequada dos recursos naturais (46%). Outros problemas ambientais apontados como ameaças ao patrimônio cultural foram os incêndios (38,8%), a poluição do ar (38,6%) e a contaminação química do solo e dos lençóis freáticos, seja por resíduos da mineração, seja pelo uso indiscriminado de agrotóxicos (24,5%).

Cabe ressaltar, ainda, a identificação de questões ambientais relacionadas à infraestrutura urbana, como a falta de saneamento básico (32,5%), deslizamentos de terra (24,1%) e enchentes (27,2%). Esses problemas também foram abordados durante as entrevistas, sendo frequentemente relacionados à necessidade de sensibilização e conscientização da população quanto às questões ambientais (Figura 25).

**Figura 25: Você considera que o patrimônio cultural do seu território/da sua região é ameaçado por algum dos seguintes problemas ambientais?**



Fonte: Questionário fechado Raízes de Resiliência, 2021.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse processo de pesquisa possibilitou a criação de pontes e, também, a troca de aprendizados com as organizações parceiras. De um lado, as organizações receberam treinamentos em técnicas de pesquisa, visando-se ao alcance de uma autonomia para empregar estratégias adequadas na busca por informações. Além disso, os grupos culturais envolvidos puderam compreender as dimensões de seu impacto, bem como se reconhecer como componentes do patrimônio cultural regional e como promotores e mediadores de ações de transformação e resistência dentro da lógica econômica operante no Quadrilátero Ferrífero. De outro lado, a PPP teve acesso ao conhecimento privilegiado dessas organizações sobre si mesmas, oportunizando conhecer suas atuações, seus públicos e o alcance de suas vozes, além de ter podido ouvir e dar voz às percepções dos habitantes do Quadrilátero Ferrífero quanto às suas histórias, seus traumas, seus lutos coletivos e pessoais, seus receios e suas coragens.

A partir do estabelecimento desses laços e da geração de informações sobre a atuação dessas organizações, a pesquisa traça um panorama a respeito do Quadrilátero Ferrífero, da atuação das organizações parceiras, dos impactos dessa atuação e da percepção de riscos ambientais e gerais ao patrimônio cultural e às pessoas da região. Com tais dados, será possível estabelecer ações de reforço dos canais de resiliência mediados pelas organizações artísticas, bem como traçar estratégias de divulgação dos achados da pesquisa junto a *stakeholders* e promotores de políticas públicas.

Quantas  
memórias  
cabem  
na sua  
PURA  
?

## 4.1. | O QUE DESCOBRIMOS E COMO ISSO AJUDA?

A pesquisa possibilitou que organizações envolvidas conheçam o perfil de seu público, o que lhes permite desenvolver estratégias de alcance de outros públicos visados, bem como de atividades que contemplem o público atual. Além disso, os dados coletados evidenciaram o papel das organizações culturais na promoção de bem-estar para seu público e seus membros/funcionários, especialmente em momentos de crise. Em especial, foi possível compreender que a atuação dessas organizações:

- o engajamento social e político dos entrevistados possibilita, com maior intensidade, o contato daqueles por elas atendidos com experiências e atividades culturais e artísticas, com novas pessoas e com profissionais das áreas culturais;
- promove o desenvolvimento de habilidades interpessoais e profissionais que colocam o setor cultural (e educativo) como uma das alternativas de renda em relação à cadeia produtiva dependente da mineração para os habitantes das cidades do Quadrilátero Ferrífero;
- cria laços com o território, a história, a cultura e os patrimônios culturais locais, o que é percebido como uma condição para a preservação desses patrimônios (tanto pela transmissão de práticas e tradições, quanto pela geração de demanda por investimentos).

Por meio da pesquisa, também foi possível identificar a complexidade da situação de retroalimentação entre a falta de investimentos na área cultural e a alienação das pessoas dos eventos e atividades culturais e artísticas. A falta de financiamento (sobretudo público) e o baixo interesse da população estão entre as maiores ameaças percebidas pelos respondentes da pesquisa.

Não obstante, identificou-se que o investimento em ações de divulgação e educacionais é percebido como um caminho essencial para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção e valorização dos patrimônios culturais e ambientais da região.

Dentre as ameaças ambientais, novos rompimentos de barragens de rejeitos não surpreendentemente são os mais temidos. Todavia, a exploração de recursos naturais e outras ameaças cujo controle, ainda que parcial, recai fortemente sobre o poder público, também são fontes de preocupação entre os respondentes da pesquisa. Nesse ponto, é importante a construção de diálogos entre a população e o poder público para que este possa implementar políticas de preservação do patrimônio cultural e ambiental e de contenção das mudanças climáticas, bem como regular a atividade minerária, a fim de minimizar seus impactos nocivos. A mineração, ainda que tenha sua relevância econômica considerada, deve ser gerida conforme o princípio da precaução, de forma que sua atividade não impacte negativamente vidas humanas e o meio ambiente.

Para além disso, a pesquisa também nos trouxe questões-chaves de natureza mais ampla – as quais já citamos na seção introdutória deste relatório. Essas questões traçam um caminho pelo qual pretendemos desenvolver pesquisas futuras, propor políticas públicas e práticas. Primeiramente, **o patrimônio cultural é uma ferramenta na construção de capacidades de resiliência em comunidades que enfrentam desastres naturais e mudanças climáticas.** A defesa do patrimônio cultural implica proteção às comunidades locais, seja na forma de saberes tradicionais, seja como práticas e espaços de convívio.

Desta forma, os patrimônios imateriais e materiais das comunidades se constituem como ferramentas para o fortalecimento da resiliência da população, fomentando a construção de parcerias e redes de apoio, assim como a participação ativa e a inclusão social. Nesse sentido, as organizações que trabalham com o patrimônio cultural local são as principais facilitadoras na construção dessas capacidades na região.

Em segundo lugar, é preciso lembrar que **desastres não são naturais, deste modo, o princípio da precaução é importante**. Os resultados de eventos adversos, sejam eles naturais, ou causados por pessoas, dependem da vulnerabilidade a que a população local está exposta, assim como de sua capacidade de adaptação às ameaças e de resposta aos eventos. É preciso fortalecer uma cultura de redução de riscos e de prevenção de desastres que inclua a dimensão cultural, por meio da educação das futuras gerações e da sensibilização dos formuladores de políticas públicas e demais organizações econômicas da região.

Por fim, **mudanças climáticas intensificam os riscos causados pela exploração mineral para as populações e para o patrimônio cultural e natural do Quadrilátero Ferrífero**. As mudanças climáticas em curso, como as previsões do aumento de eventos extremos e chuvas no Quadrilátero Ferrífero, apontam para a intensificação dos riscos já existentes, os quais estão fortemente relacionados às atividades mineradoras. Além do alto risco para as populações mais vulneráveis, essas mudanças ameaçam o patrimônio natural e cultural da região como um todo. É essencial encontrar alternativas econômicas que ajudem a mitigar as consequências da mineração e das mudanças climáticas que sejam viáveis para a população da região. Nesse processo, o patrimônio cultural pode ter um papel significativo como alternativa econômica à mineração.



## 4.2. | COMO SEGUIR EM FRENTE? RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS

Considerando-se tudo isso já abordado até aqui, gostaríamos, a partir dos três pontos elencados anteriormente, propor maneiras de seguir em frente, tanto em termos de pesquisa, quanto de políticas públicas possíveis e práticas desejadas. As recomendações que seguem devem ser interpretadas mais como um ponto de partida do que de chegada. Elas são um exercício retórico que emerge a partir do conhecimento que adquirimos durante esta jornada e esperamos que possam ser discutidas, desenvolvidas e postas em práticas em breve.

### 1 | PATRIMÔNIO CULTURAL É UMA FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES DE RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES QUE ENFRENTAM DESASTRES NATURAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- **Incentivar a pesquisa e a divulgação de informações sobre o patrimônio cultural local**, promovendo sua valorização e proteção.
- **Reconhecer a importância do patrimônio e das organizações culturais locais** na construção e na disseminação de informações, assim como na mobilização de comunidades e na expansão das suas capacidades para prover ações positivas.
- **Estabelecer um centro de referência em pesquisas**, de modo que se possa aumentar a capacidade de organizações ligadas ao patrimônio cultural em construir e disseminar informações.
- **Mobilizar os agentes relevantes locais, as organizações e o setor criativo** na definição de prioridades e na busca de soluções colaborativas para os desafios naturais e os causados por ação humana.
- **Fortalecer as organizações ligadas aos patrimônios culturais locais** por meio de iniciativas de financiamento públicas e privadas, de forma a possibilitar que elas foquem no desenvolvimento e na consolidação institucionais.
- **Garantir que os fundos para financiamento considerem as questões ambientais** e que tenham como um pré-requisito explícito a conexão entre preservação do patrimônio e proteção ambiental, expandido o papel do patrimônio cultural como ferramenta de preservação na região.

## 2 | DESASTRES NÃO SÃO NATURAIS: IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

- **Fomentar uma cultura de gestão de riscos para reduzir as vulnerabilidades de comunidades e do patrimônio cultural regional**, por meio da promoção de parcerias dos setores público e privado e da sociedade civil.
- **Fortalecer órgãos participativos locais**, envolvendo as comunidades locais para apoiar a gestão cultural e a governança da gestão de riscos.
- **Valorizar os conhecimentos e as práticas culturais das comunidades locais, especialmente as tradicionais, quilombolas e indígenas**, na preservação do patrimônio cultural e natural localmente e no mundo.
- **Incluir conhecimentos e práticas culturais locais no planejamento do gerenciamento de riscos e na mitigação de impactos.**
- **Encorajar a formação de redes colaborativas e fortalecer as já existentes**, estabelecendo parcerias importantes para a gestão de riscos e para ações conjuntas em casos de desastres.
- **Continuar o mapeamento do patrimônio cultural e das organizações culturais para permitir a colaboração** e a formação de redes entre agentes relevantes com diferentes experiências.
- **Estabelecer um programa educacional para jovens** que ajude a aumentar a consciência sobre a importância do patrimônio cultural na região e o impacto dos desastres climáticos e ambientais sobre ele.

### 3 | MUDANÇAS CLIMÁTICAS INTENSIFICAM OS RISCOS CAUSADOS PELA EXPLORAÇÃO MINERAL PARA AS POPULAÇÕES E PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO.

- **Apoiar e expandir a pesquisa sobre o impacto de desastres ambientais e mudanças climáticas no patrimônio cultural local e regional.** Especificamente, é importante incluir ativamente a população indígena na pesquisa sobre patrimônio. Populações indígenas são bastante afetadas pela mudança climática e, com seu extenso conhecimento tradicional, têm um grande papel no desenvolvimento de soluções.
- **Criar conexões entre projetos de pesquisa existentes** para fomentar um melhor entendimento do impacto das mudanças climáticas no patrimônio cultural da região e no mundo.
- **Reconhecer a importância socioeconômica do patrimônio cultural local no Quadrilátero Ferrífero, incluindo seu potencial de diversificação da economia local.**
- **Criar hubs culturais locais** que permitam que jovens explorem diferentes oportunidades profissionais nos campos das artes e cultura.
- **Fomentar a economia criativa da região por meio de planos municipais e/ou regionais** capazes de identificar, dar suporte e alimentar os setores criativos locais e regionais. A conexão entre turismo e a viabilidade econômica das organizações relacionadas aos patrimônios culturais deve ser o foco desses planos.

## ANEXOS

### ANEXO I - QUESTIONÁRIO FECHADO

#### → RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO

1. Qual sua relação com o [NOME DO PATRIMÔNIO]? \_\_\_\_\_  
(Eliminatória. Se não conhecer o patrimônio em questão, encerrar).

#### → PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

##### Idade (número)

2. Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

##### Gênero

3. Você se identifica como sendo de que gênero?

Masculino ( )

Feminino ( )

Não-binário ( )

Outro ( )

Especificar: \_\_\_\_\_

(98) Prefiro não responder.

(99) Não sei.

##### Local de residência (município)

4. Em que município você reside? \_\_\_\_\_

##### Local de residência (bairro)

5. Qual é o nome do seu bairro e/ou comunidade? \_\_\_\_\_

##### Faixa de escolaridade

6. Qual a sua escolaridade? \_\_\_\_\_

Nunca estudei. ( )

Ensino Fundamental incompleto. ( )

Ensino Fundamental completo (até a oitava série/nono ano). ( )

Ensino Médio incompleto. ( )

Ensino Médio completo. ( )

Ensino Superior incompleto. ( )

Ensino Superior completo. ( )

Pós-graduação. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

### Faixa de renda

7. Qual é, aproximadamente, a renda mensal de seu domicílio? Isto é, qual é a soma mensal da renda de todas as pessoas que moram na sua casa? \_\_\_\_\_

De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.200,00 (até 2 salários-mínimos).

De R\$ 2.200,01 a R\$ 5.500,00 (mais de 2 até 5 salários-mínimos).

R\$ 5.500,01 ou mais (5 salários-mínimos ou mais).

98 ( ) Prefiro não responder.

99 ( ) Não sei.

### Constituição familiar - para cálculo de renda per capita (número)

8. Contando com você, quantas pessoas moram na sua casa? \_\_\_\_\_

### Raça

9. Você se identifica como sendo de qual raça ou origem étnica? \_\_\_\_\_

Negra ( ) Branca ( ) Amarela ( )

Especificar origem familiar (chinesa, coreana, japonesa etc.): \_\_\_\_\_

Indígena

Especificar etnia: \_\_\_\_\_

Outra

Especificar: \_\_\_\_\_

98 ( ) Prefiro não responder.

99 ( ) Não sei.

## → COVID-19 E SAÚDE MENTAL

Entre 1 e 5, em que 1 significa que você DISCORDA totalmente e 5 que você CONCORDA totalmente, o que você acha das seguintes afirmações?

10. “Acredito que a atuação do [NOME DO PATRIMÔNIO] me ajudou a lidar com as dificuldades que afetaram minha saúde mental, como desastres ambientais e crises sanitárias”.

Discordo totalmente. ( ) Discordo parcialmente. ( )

Nem concordo, nem discordo. ( )

Concordo parcialmente. ( ) Concordo totalmente. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

**11. “Faz muita falta quando as atividades do [NOME DO PATRIMÔNIO] precisam ser interrompidas por alguma razão, como ocorreu durante a pandemia da Covid-19”.**

Discordo totalmente. ( )      Discordo parcialmente. ( )      Nem concordo, nem discordo. ( )

Concordo parcialmente. ( )      Concordo totalmente. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

## → ACESSO À CULTURA E HABILIDADES

**12. Você considera que adquiriu algum dos seguintes conhecimentos a partir do seu envolvimento com o [NOME DO PATRIMÔNIO]? (Marque quantas alternativas achar necessário).**

Atividades manuais ( )      Literatura ( )      Cinematografia ( )

Fotografia ( )      Iluminação de palco ( )      Edição de vídeo ( )

Costura ( )      Dança ( )      Tocar algum instrumento musical ( )

Cantar ( )      Edição de som ( )      Atuação ( )

Ler/escrever ( )      História geral ( )      História da sua região ( )

Prática culinária ( )      Confecção de peças de arte ( )      Pintura ( )

Botânica e/ou plantio/agricultura ( )      Tradições culturais ( )      Cultura local ( )

Arte ( )      Museologia ( )      Poesia ( )      Organização de eventos ( )

Práticas religiosas tradicionais ( )      História oral ( )      Ritmos brasileiros ( )

Nenhuma das anteriores ( )      (98) Prefiro não responder.. ( )      (99) Não sei ( )

**13. Através do contato com o [NOME DO PATRIMÔNIO], você descobriu alguma área de atuação profissional relacionada à cultura? (Marque quantas alternativas achar necessário).**

Sim, com certeza. ( )

Acho que sim. ( )

Talvez. ( )

Acho que não. ( )

Não conheci nenhuma área de atuação profissional. ( )

98 ( ) Prefiro não responder.

99 ( ) Não sei.

**14. Conhecer e/ou se envolver com o [NOME DO PATRIMÔNIO] levou você a realizar alguma das seguintes atividades culturais com mais frequência? (Marque quantas alternativas achar necessário).**

- Assistir a filmes no cinema. ( )    Assistir a filmes na internet. ( )  
Assistir a filmes por outros meios. ( )    Ver vídeos na internet. ( )  
Visitar exposições. ( )    Assistir a exposições virtuais. ( )  
Assistir à televisão. ( )    Ir ao teatro. ( )  
Ouvir música ao vivo. ( )    Ouvir música na internet. ( )  
Ouvir música por outros meios. ( )    Ler livros. ( )  
Ir ao museu. ( )    Participar de festas populares. ( )  
Assistir a declamações de poesia. ( )    Dançar. ( )    Atuar. ( )  
Participar de oficinas culturais. ( )    Cantar. ( )  
Tocar algum instrumento musical. ( )    Escrever. ( )  
Pintar. ( )    Visitar lugares históricos. ( )  
Visitar pontos turísticos na sua cidade. ( )  
Assistir a espetáculos na internet. ( )    Participar de saraus literários. ( )
- Nenhuma das anteriores. ( )  
(98) Prefiro não responder. ( )  
(99) Não sei. ( )

## → CAPITAL SOCIAL E REDES

**15. Seria possível dizer que você conheceu novas pessoas por meio do seu contato com o [NOME DO PATRIMÔNIO]?**

- Sim, com certeza. ( )  
Acho que sim. ( )  
Talvez. ( )  
Acho que não. ( )  
Não conheci ninguém. ( )  
(98) Prefiro não responder. ( )  
(99) Não sei. ( )

**16. Seria possível dizer que você conheceu artistas, produtores(as), museólogos(as) ou outros profissionais relacionados à cultura a partir do contato com o [NOME DO PATRIMÔNIO]?**

- Sim, com certeza. ( )  
Acho que sim. ( )  
Talvez. ( )  
Acho que não.  
Não conheci nenhum desses profissionais. ( )  
(98) Prefiro não responder. ( )  
(99) Não sei. ( )

## → DIAGNÓSTICO DE PERCEPÇÃO RISCO

**17. Em sua opinião, o patrimônio cultural do seu território/da sua região está sob ameaça de algum dos itens a seguir? (Marque quantas alternativas achar necessário).**

Falta de financiamento público. ( )

Acidentes ambientais (eventos não planejados e indesejados que podem causar, direta ou indiretamente, danos ao meio ambiente e à saúde pública e prejuízos sociais e econômicos)<sup>74</sup> ( )

Dificuldades em transmitir hábitos, práticas, conhecimentos e tradições para novas gerações.( )

Baixo interesse/envolvimento por parte da população. ( )

Falta de financiamento por parte de empresas privadas. ( )

Dificuldades econômicas que atingem a população. ( )

Crimes ambientais (todo e qualquer dano ou prejuízo evitável causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e patrimônio cultural)<sup>75</sup>

Ameaças a tradições religiosas e suas manifestações. ( )

Restrições à circulação de pessoas e à realização de eventos por razões sanitárias. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

**18. Você considera que o patrimônio cultural do seu território/da sua região é ameaçado por algum dos seguintes problemas ambientais? (Marque quantas alternativas achar necessário).**

Incêndios. ( )

Rompimento de barragens de água. ( )

Deslizamentos de terra. ( )

Terremotos. ( )

Vazamentos de óleo que atinjam rios. ( )

Rompimento de barragens de rejeitos. ( )

Falta de saneamento básico. ( )

Poluição do ar. ( )

Secas. ( )

Enchentes. ( )

Contaminação química do solo ou de lençóis freáticos. ( )

Exploração inadequada dos recursos naturais. ( )

Acidentes radioativos. ( )

Alterações climáticas provocadas pelo aquecimento global. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

<sup>74</sup> <http://www.ibama.gov.br/component/content/article?id=744&Itemid=616>

<sup>75</sup> <http://www.ibama.gov.br/component/content/article?id=744&Itemid=616>

## → AUTOCONFIANÇA E EMPODERAMENTO (SENTIMENTO DE EFICÁCIA)

**19. Depois do seu contato com o [NOME DO PATRIMÔNIO], você se sente confiante para realizar alguma das seguintes atividades? (Marque quantas alternativas achar necessário).**

Organizar ou participar de reuniões para discutir problemas e propor melhorias relativas ao seu bairro/território/comunidade. ( )

Organizar ou participar de eventos culturais (por exemplo: dança, música, ensaios, sarau de livros, carnaval, recital de poesia, cinema, festas religiosas, teatro, carnaval). ( )

Trabalhar em alguma atividade ligada à cultura. ( )

Organizar ou participar de atividades de empreendedorismo social. ( )

Organizar ou participar de manifestações, protestos ou campanhas relacionadas a assuntos do seu território/bairro/da sua comunidade. ( )

Organizar ou participar de atividades educativas (por exemplo: trabalhos em escolas, palestras, podcasts, vídeos, feiras e exposições, perfis educativos em redes sociais). ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

**20. Você acredita que consegue influenciar o futuro e a preservação do patrimônio cultural da sua comunidade/bairro ou região?**

Sim, com certeza. ( )

Acho que sim. ( )

Talvez. ( )

Acho que não. ( )

De jeito nenhum. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

**21. Você considera que os responsáveis pela preservação e manutenção do patrimônio cultural da sua comunidade/região levam em consideração o que habitantes como você falam?**

Sim, com certeza. ( )

Acho que sim. ( )

Talvez. ( )

Acho que não. ( )

De jeito nenhum. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

## → ENVOLVIMENTO E PERTENCIMENTO

Entre 1 e 5, em que 1 significa que você DISCORDA totalmente e 5 que você CONCORDA totalmente, o que você acha das seguintes afirmações?

**22. “Após o contato com o [NOME DO PATRIMÔNIO], identifico-me mais com a cultura da minha região”.**

Discordo totalmente. ( )

Discordo parcialmente. ( )

Nem concordo, nem discordo. ( )

Concordo parcialmente. ( )

Concordo totalmente. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

**23. “Após o contato com o [NOME DO PATRIMÔNIO], tenho interesse em realizar práticas culturais/artísticas que são tradicionais na minha região”.**

Discordo totalmente. ( )

Discordo parcialmente. ( )

Nem concordo, nem discordo. ( )

Concordo parcialmente. ( )

Concordo totalmente. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

**24. “Depois de conhecer e/ou me envolver com o [NOME DO PATRIMÔNIO], eu me sinto parte do território onde moro”.**

Discordo totalmente. ( )

Discordo parcialmente. ( )

Nem concordo, nem discordo. ( )

Concordo parcialmente. ( )

Concordo totalmente. ( )

(98) Prefiro não responder. ( )

(99) Não sei. ( )

**25. “Depois do contato com o [NOME DO PATRIMÔNIO], passei a frequentar espaços e me envolvi em situações que abordam problemas do meu território/bairro/da minha região com maior frequência”.**

Discordo totalmente. (  )

Discordo parcialmente. (  )

Nem concordo, nem discordo. (  )

Concordo parcialmente. (  )

Concordo totalmente. (  )

(98) Prefiro não responder. (  )

(99) Não sei. (  )

**26. “Sinto que conheço melhor a cultura e a história do meu território depois que conheci e/ou me envolvi com o [NOME DO PATRIMÔNIO]”.**

Discordo totalmente. (  )

Discordo parcialmente. (  )

Nem concordo, nem discordo. (  )

Concordo parcialmente. (  )

Concordo totalmente. (  )

(98) Prefiro não responder. (  )

(99) Não sei. (  )

**27. Agora, gostaríamos de conhecer um pouco melhor a respeito da sua visão sobre cultura. Você identifica algum patrimônio cultural na sua região/comunidade ou território? Se sim, qual é o nome desse patrimônio? Como ele é? Por que você o considera como parte do patrimônio cultural brasileiro? (Não obrigatória; limite de 5 linhas).**

---

---

---

---

---

## ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

### → RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO/COMUNIDADE

- Há quanto tempo você mora na cidade X?
- Há quanto tempo você faz parte do Clube Osquindô/ do Grupo Atrás do Pano/ da Banda São Sebastião/ da Casa Quilombê?/ Há quanto tempo você trabalha na FCCDA/ no Inhotim?
- Como você se enxerga dentro do Clube Osquindô/ do Grupo Atrás do Pano/ da Banda São Sebastião/ da Casa Quilombê/ na FCCDA/ no Inhotim?
- E a sua relação com a cidade/o bairro/a comunidade X, como é?

### → PERCEPÇÃO PATRIMÔNIO

- Para você, no que consiste um patrimônio cultural?
- E qual a importância de um patrimônio cultural para você?
- Como você se relaciona com o patrimônio cultural da sua região/cidade/ comunidade?
- Nos workshops organizados pela PPP, nós discutimos bastante sobre patrimônios culturais locais. Você já conhecia esses patrimônios antes dos workshops? Você já os considerava como patrimônios culturais?
- Teve algum patrimônio específico que lhe chamou mais atenção nesses eventos? Algo que você não havia pensado que pudesse considerar como um patrimônio?

### → PERCEPÇÃO RISCO

**Agora, vou abordar um assunto delicado. Eu entendo que esse seja um assunto difícil. Sinta-se livre para não responder à questão e para se expressar como puder e quiser.**

- A região do Quadrilátero Ferrífero, aqui em Minas, já foi vitimada por crimes ambientais. Você considera que as pessoas da sua cidade/comunidade estão sob risco de serem atingidas por outros crimes ambientais?
- Você gosta de morar no Quadrilátero Ferrífero?
- E quanto ao patrimônio cultural da região? Você considera que ele está ameaçado por esses crimes? Por quê? Como é essa ameaça?
- Na sua opinião, qual o maior risco ao patrimônio cultural da sua região/cidade/ comunidade?
- E você acha que existem formas de preservar esse patrimônio? Quais?
- Na sua opinião, quem são os principais responsáveis pela preservação de patrimônios culturais?
- Você acredita que pessoas como você conseguem contribuir para a preservação do patrimônio cultural da própria região? Como?

## → CONSUMO NOTÍCIAS

- Você costuma ler/ouvir/assistir a notícias sobre a sua comunidade/região?
- Você considera estar bem-informada(o) a respeito dos riscos ao patrimônio cultural da sua região/cidade/comunidade?
- Como você costuma se informar sobre esse assunto? Com que frequência? Você consegue citar as principais fontes que você usa para se informar?
- Você acredita que o acesso a esse tipo de informação é importante para a preservação ambiental e do patrimônio cultural da sua região/cidade/comunidade?
- E como você avalia as informações disponíveis/comumente veiculadas sobre esse assunto?
- Para você, se houver uma adequação de conteúdo, de forma e na frequência da divulgação de informações sobre as ameaças ao meio ambiente e ao patrimônio cultural da sua região, é possível que esses riscos sejam minimizados ou evitados?

## → ENVOLVIMENTO/ENGAJAMENTO

- Você costuma se envolver em assuntos políticos?
- Na sua opinião, existem maneiras pelas quais a sociedade civil pode se envolver e contribuir com assuntos políticos?
- E você julga importante esse envolvimento? Quais efeitos você acredita que poderiam haver?
- Você acredita que o fato de existirem ameaças ao patrimônio cultural da sua região/cidade/ comunidade pode acabar incentivando o envolvimento das pessoas em assuntos políticos?



## ANEXO III – LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

A legislação brasileira, União, Estados, Distrito Federal e municípios têm responsabilidades sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro e sobre as ações de redução de riscos e desastres. Aqui, apresentaremos, de forma não exaustiva, um panorama dos instrumentos normativos e das políticas públicas relacionadas à prevenção de riscos e mitigação de impactos de desastres sobre o patrimônio cultural do Quadrilátero Ferrífero.

### 1. NÍVEL FEDERAL

A nível federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o principal responsável pela preservação do patrimônio cultural. Nos últimos anos, a prevenção e a gestão de riscos vêm sendo incorporadas pela instituição<sup>76</sup>. Nesse sentido, destaca-se a Política de Preservação do Patrimônio Cultural Material, instituída em 2018 pela Portaria IPHAN nº 375. Além de trazer entre seus princípios o desenvolvimento sustentável, a participação social ativa e a prevenção, a Política traz, como uma das finalidades de suas ações de conservação, a instituição de “parâmetros, estratégias e procedimentos para avaliação e redução de riscos ao patrimônio cultural material”<sup>77</sup>.

<sup>76</sup> Luana Campos e Sandra Corrêa, ‘Políticas públicas de gestão de risco ao Patrimônio Cultural frente aos efeitos das mudanças climáticas’, *Habitus*, 19:1 (2021) 78-92. De acordo com as autoras, os principais instrumentos legais que orientam a ação do IPHAN são, além da própria Constituição Federal de 1988, o Decreto-Lei nº 25/1937, que estabelece as diretrizes para o tombamento do patrimônio material (incluindo bens naturais); a Lei nº 3.924/1961, que orienta o cadastro de sítios arqueológicos; e o Decreto nº 3.551/2000, que orienta o registro de bens imateriais. Esses instrumentos teriam o foco em mitigar impactos sofridos pelos bens, enquanto novas diretrizes, como a Política de Preservação do Patrimônio Cultural Material e novas instruções de licenciamento ambiental, passam a incorporar também a prevenção.

<sup>77</sup> ‘Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências’, IPHAN, 2018, <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-SEI-IPHAN%20-%200732090.pdf>>.

<sup>78</sup> Janaína Furtado (org.), ‘Mobilização comunitária para a redução de riscos de desastres’, (Florianópolis: CEPED UFSC, 2015).

<sup>79</sup> Samia Sulaiman (coord.), ‘GIRD+10: Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos e Desastres’, (Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021). Políticas de prevenção e/ou resposta aos desastres começaram a ser estruturadas pelos estados brasileiros a partir da década de 1960, com registros de políticas locais a partir da década de 1980. Em 1988, foi criado o Sistema Nacional de Defesa Civil que, nas décadas seguintes, se expandiu para estados e municípios, integrando-se às políticas urbanas.

<sup>80</sup> Sulaiman (2021).

<sup>81</sup> Minas Gerais, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), ‘Diagnóstico ambiental do Estado de Minas Gerais: suporte para o planejamento anual das fiscalizações ambientais’, (Belo Horizonte: Semad, 2021). É de responsabilidade dos diferentes órgãos fiscalizadores inserir e manter atualizadas as informações no Sistema. A nível federal, são órgãos fiscalizadores de barragens de rejeitos: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Agência Nacional de Mineração; e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Atualmente, as ações de redução de riscos e desastres estão centralizadas nos órgãos de Proteção e Defesa Civil, sendo orientadas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPD), instituída pela Lei nº 12.608/2012<sup>78</sup>. De acordo com análise realizada pela própria Defesa Civil Nacional, apesar da PNPD avançar ao indicar sua integração com outras políticas, a cultura de prevenção ainda é frágil no país, com avanços majoritariamente reativos a desastres<sup>79</sup>.

As políticas públicas de segurança de barragens exemplificam esta questão. Apesar de um histórico de desastres, apenas em 2010 o Brasil passou a contar com uma Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Instituída pela Lei nº 12.334/2010, a PNSB tem entre seus objetivos fomentar a cultura de segurança de barragens e a gestão de riscos, bem como monitorar a segurança das barragens com transparência de dados – criando, para isso, o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, que conta com informações de barragens em construção, em operação e desativadas<sup>80, 81</sup>.

Após os desastres de Brumadinho e Mariana, foram feitas alterações na PNSB, que passou a ter regras de segurança mais rígidas. Dentre as principais modificações instituídas pela Lei nº 14.066/2020, está a proibição em todo território nacional de barragens de rejeito com alteamento a montante<sup>82</sup>, como as que colapsaram durante os recentes desastres<sup>83</sup>. Novas barragens já não podem ser construídas com este método e as existentes devem ser desativadas até fevereiro de 2022, com possibilidade de ampliação do prazo<sup>84</sup>.

**A lei também tornou obrigatória para as barragens de rejeitos de mineração, independente de sua classificação de dano potencial e risco**, a elaboração de Planos de Ação de Emergência (PAE)<sup>85</sup>. Adicionalmente, passou a ser obrigatório que os empreendedores apresentem, através do PAE, “medidas específicas, em articulação com o poder público, para resgatar atingidos, pessoas e animais, para mitigar impactos ambientais, para assegurar o abastecimento de água potável e para resgatar e salvaguardar o patrimônio cultural”<sup>86</sup>.

Outros instrumentos de governança da gestão de riscos existentes a nível federal são o Estatuto da Cidade<sup>87</sup> e o Estatuto da Metrópole<sup>88</sup>. Este último reforça o princípio de gestão democrática das cidades e de busca pelo desenvolvimento sustentável, sem tratar diretamente de riscos de desastres ou de patrimônio cultural. Já o Estatuto das Cidades, a partir de alterações definidas pela Lei nº 12.608/2012, prevê uma série de ações e instrumentos que devem ser implementados pelos municípios com áreas suscetíveis a desastres e exige que os municípios apresentem “diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural” para a ampliação de seu perímetro urbano. Contudo, em nenhum desses instrumentos há uma associação explícita entre prevenção de riscos de desastres e preservação do patrimônio cultural.

**“Medidas específicas, em articulação com o poder público, para resgatar atingidos, pessoas e animais, para mitigar impactos ambientais, para assegurar o abastecimento de água potável e para resgatar e salvaguardar o patrimônio cultural”**

---

<sup>82</sup> Neste método de construção de barragens de rejeitos, os diques de contenção são construídos sobre camadas já depositadas de rejeito, diminuindo seus custos, mas comprometendo a segurança das barragens. Ver Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), ‘Relatório de segurança de barragens 2020’, (Brasília: ANA, 2021).

<sup>83</sup> Conforme Lei Nº 14.066, sancionada em setembro de 2020. Anteriormente, proibição semelhante havia sido feita pela Agência Nacional de Mineração, através da Resolução ANM nº 04/2019 e pela Lei Estadual nº 23.291/2019, que institui a Política Estadual de Barragens de Minas Gerais, conforme diagnóstico da SEMAD (2021).

<sup>84</sup> ‘Brasil tem nova lei de segurança de barragens’, Agência Senado, 01 outubro 2020, <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/01/brasil-tem-nova-lei-de-seguranca-de-barragens>>.

<sup>85</sup> De responsabilidade dos empreendedores, o PAE deve conter procedimentos a serem adotados pelos empreendedores em casos de emergência, incluindo a descrição de cenários e de procedimentos preventivos, corretivos e de ações de resposta; programas de treinamentos e divulgação de informações para as comunidades potencialmente afetadas; e o ordenamento de Zonas de Autossalvamento – áreas nas quais, devido ao poder público não ter tempo de atuar em casos de desastres, os empreendedores devem viabilizar a evacuação da população, com rotas de fuga, sinalização e outros.

<sup>86</sup> ‘Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020.’, Presidência da República, 2020, <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14066.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14066.htm#art2)>.

<sup>87</sup> ‘Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2021’, Presidência da República, 2001, <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>.

<sup>88</sup> ‘Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015’, Presidência da República, 2015, <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm)>.

## 2. NÍVEL ESTADUAL

Desde 1971, Minas Gerais mantém o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), fundação vinculada à Secretaria de Estado de Cultura. Como o IPHAN, o IEPHA atua na pesquisa, identificação, proteção e promoção dos bens culturais materiais e imateriais do Estado. Dentre suas iniciativas, cabe destacar o programa ICMS Patrimônio Cultural, o qual incentiva ações de gestão para a preservação dos patrimônios culturais locais por meio do repasse de parte do produto da arrecadação do ICMS àqueles municípios que mantenham tais ações. Conforme informações do IEPHA, mais de 80% dos municípios mineiros contam com um Conselho Municipal de Patrimônio Cultural<sup>89</sup>.

A gestão de riscos e desastres, por sua vez, é de responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, vinculada ao Gabinete Militar do Governador. Apesar de previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil como um instrumento a ser instituído pelos estados, não foram encontrados registros de um Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil de Minas Gerais, ainda que a Coordenadoria tenha outros planos pontuais. Dessa forma, o principal instrumento da defesa civil no estado é o Sistema Estadual de Defesa Civil, que busca coordenar ações de proteção e defesa civil com outros órgãos públicos e privados<sup>90</sup>.

Dentre eles, encontram-se órgãos responsáveis pela segurança das barragens. Em Minas Gerais, barragens de resíduos industriais, cujo licenciamento ambiental tenha sido realizado em âmbito estadual, são fiscalizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável<sup>91</sup>. Outros órgãos e instrumentos vinculados à Secretaria responsáveis pela gestão de riscos e mitigação de impactos de desastres são a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), responsável pelo Programa de Gestão de Barragens; e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Em 2019, foi instituída a Política Estadual de Segurança de Barragens que, dentre outras medidas, determinou a erradicação de barragens de resíduos construídas através de alteamento a montante<sup>92</sup>.



Foto: Rapper Thiago SKP Itabira

<sup>89</sup> 'ICMS Patrimônio Cultural', IEPHA, 12 dezembro 2016, <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural#o-que-%C3%A9>>.

<sup>90</sup> Diego Araújo, 'Sistema de Proteção e defesa civil nos instrumentos de planejamento de Minas Gerais, (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2019).

<sup>91</sup> Agência Nacional de Mineração (ANM), 'II Relatório Anual de Segurança de Barragens de Mineração, 2020', (Brasília: ANM, 2021). A fiscalização de barragens de contenção de resíduos industriais licenciadas em âmbito federal é de responsabilidade do IBAMA.

<sup>92</sup> SISEMA (2020).

### 3. NÍVEL MUNICIPAL

Respeitando as legislações federais e estaduais, os municípios brasileiros podem instituir instrumentos próprios de preservação do patrimônio cultural local. A partir de legislação própria, os municípios podem definir seus processos administrativos para tombamento e registro dos Patrimônios Culturais Municipais, seus efeitos e instrumentos, assim como designar um ou mais órgãos do poder Executivo, tais como fundações, secretarias e conselhos municipais, como responsáveis pela gestão dos patrimônios<sup>93</sup>.

Quanto à gestão de riscos, os municípios são os responsáveis por executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no nível local. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Regional, idealmente os municípios deveriam ter mapeamentos das áreas suscetíveis a processos geológicos e hidrológicos (Carta de Suscetibilidade); diretrizes geotécnicas para a expansão urbana (Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização); e mapeamentos de risco, com a delimitação de cartográficas e seus riscos diante de diferentes usos (por exemplo, urbanização)<sup>94</sup>.

Esses instrumentos podem subsidiar a elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos e de Planos Municipais de Contingência de Proteção e Defesa Civil, que são planos geralmente elaborados pela Proteção e Defesa Civil municipal para orientar as ações durante e após a ocorrência de desastres. Em municípios com barragens de rejeitos de mineração, é possível que os Planos de Ação de Emergência requeiram ações adicionais do poder público local, que também devem estar previstas nos Planos de Contingência Municipal.

“Os municípios são os responsáveis por executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no nível local.”

<sup>93</sup> Confederação Nacional de Municípios (CNM), ‘Preservação do Patrimônio Cultural: O Tombamento e o Registro de Bens Culturais’, (Brasília: CNM, 2018).

<sup>94</sup> Sulaiman (2021). Dos 5.570 municípios brasileiros, 29% possuem mapeamentos de risco; 9%, Cartas de Suscetibilidade; e 1%, Cartas Geotécnicas de Aptidão de Urbanização.

## 4. LIMITES E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Apesar dos avanços recentes, a implementação das políticas de gestão de riscos e de preservação ambiental e patrimonial têm sofrido ataques e retrocessos. Aqui, apresentamos três dimensões do retrocesso: i) o afrouxamento das regras de licenciamento e fiscalização; ii) o sucateamento das estruturas públicas, aparelhamento e ataques aos servidores; e iii) a diminuição da participação social.

### → AFROUXAMENTO DAS REGRAS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Frequentemente tratado como empecilho ao desenvolvimento, o licenciamento ambiental tem sido flexibilizado em todos os níveis federativos. Em Minas Gerais, o licenciamento de projetos de médio ou grande porte e potencial poluidor – como a construção de barragens de resíduos – era realizado em três etapas, a saber, licença prévia após apresentação de projeto, licença para a construção da obra e, posteriormente, licença para operação, garantindo o acompanhamento e a fiscalização do empreendimento ao longo dos processos<sup>95</sup>.

Desde da Lei nº 21.972/2015, este processo pode ser simplificado e unificado através do licenciamento concomitante<sup>96</sup>.

Adicionalmente, em 2016 foi criada a Superintendência de Projetos Prioritários. Vinculada diretamente ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, a Superintendência pode definir os licenciamentos prioritários. Com essas mudanças, críticos apontam pressão para acelerar os processos de licenciamento e o enfraquecimento destes<sup>97</sup>.

### No nível federal, a desconstrução das políticas públicas ligadas ao meio ambiente foi sintetizada na ideia de “passar a boiada”: aproveitar a pandemia da Covid-19 para afrouxar as regras ambientais.

Conforme levantamento da Folha de São Paulo, o número de atos publicados no Diário Oficial relacionados a regras ambientais<sup>98</sup> durante 2020 foi 12 vezes maior do que durante o mesmo período de 2019<sup>99</sup>. Muitas ações foram barradas na justiça, como a tentativa de abrandar a proteção da Mata Atlântica, o que possibilitaria, inclusive, a regularização de desmatamentos ilegais em áreas de preservação permanente; no entanto, foram realizadas ações como as alterações no Conselho Nacional de Meio Ambiente, cortes de verbas e a exoneração de servidores<sup>100</sup>.

<sup>95</sup> Após a apresentação do projeto e dos Estudos de Impacto Ambiental exigidos para estes tipos de empreendimento, os órgãos fiscalizadores podiam emitir a Licença Prévia. Se atestada a viabilidade ambiental do empreendimento durante este momento, o projeto poderia seguir e obter a Licença de Instalação. Se, durante sua instalação, as normas fossem respeitadas e fosse mantida a viabilidade do projeto, era fornecida uma Licença para Operação.

<sup>96</sup> ‘O desmonte dos conselhos e o aparelhamento das câmaras decisórias do licenciamento ambiental em Minas Gerais’, LEIA, 19 março 2019, <<https://leia.org.br/o-desmonte-dos-conselhos-e-o-aparelhamento-das-camaras-decisorias-do-licenciamento-ambiental-em-minas-gerais/>>.

<sup>97</sup> O transbordamento do dique do grupo Vallourec em janeiro de 2021 seria um exemplo de ambos processos: teve seu licenciamento realizado de forma concomitante e acelerada, conforme informações do Observatório da Mineração: Maurício Angelo, ‘Exclusivo: Estrutura da Vallourec que cedeu em MG, teve reunião extraordinária, licenciamento expresso e alertas de ambientalistas em sua ampliação’, Observatório da Mineração, 10 janeiro 2022, <<https://observatoriadamineracao.com.br/exclusivo-estrutura-da-vallourec-que-cedeu-em-mg-teve-reuniao-extraordinaria-licenciamento-expresso-e-alertas-de-ambientalistas-em-sua-ampliacao/>>.

<sup>98</sup> Em 2020, durante reunião ministerial, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (2019 - 2020) disse que era hora de aproveitar o foco da imprensa na pandemia para “passar a boiada”, isso é, mudar e simplificar regras ambientais. Andre Shalders, ‘Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou as regras ambientais’, BBC Brasil, 1 outubro 2020, <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>>.

<sup>99</sup> ‘Governo acelerou canetadas sobre meio ambiente durante a pandemia’, Folha de São Paulo, 28 julho 2020, <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/governo-acelerou-canetadas-sobre-meio-ambiente-durante-a-pandemia.shtml>>.

<sup>100</sup> Andre Shalders, ‘Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou as regras ambientais’, BBC Brasil, 1 outubro 2020, <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>>.

## → SUCATEAMENTO DAS ESTRUTURAS PÚBLICAS, APARELHAMENTO E ATAQUES AOS SERVIDORES

A diminuição dos orçamentos de órgãos relacionados à preservação ambiental e patrimonial têm sido uma constante dos últimos anos. Em 2020, por exemplo, o IPHAN perdeu metade da verba repassada em 2019, e há críticas sobre nomeações recentes serem movidas por interesses econômicos de aliados do governo federal<sup>101</sup>. Em 2019, o governo federal repassou para a Agência Nacional de Mineração (ANM), uma das responsáveis pela fiscalização da segurança de barragens de resíduos, pouco mais de 20% do previsto por lei<sup>102</sup>. A ANM também operava com falta de pessoal: em setembro de 2020, apenas 4 fiscais estavam disponíveis para fiscalizar cerca de 360 barragens existentes em Minas Gerais<sup>103</sup>. A ANM possuía 30 servidores para a fiscalização de barragens em todo território nacional, contudo 10 estavam afastados do serviço por serem grupo de risco para a Covid-19.

De forma semelhante, em 2020, o governo estadual de Minas Gerais repassou somente 38% da verba prevista por lei para ações de fiscalização ambiental.

Conforme levantamento do Ministério Público, dos R\$ 319 milhões arrecadados com a Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários, ao menos R\$ 223,8 milhões deveriam ser repassados ao Sisema, mas foi feito o repasse de apenas R\$ 85,6 milhões<sup>104</sup>.

Os cortes orçamentários, derivados de escolhas políticas, também afetam a produção de dados sobre o que vem acontecendo. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por exemplo, prevê que, a partir de abril de 2022, terá que descontinuar o projeto que monitorava o Cerrado – um dos biomas presentes no Quadrilátero Ferrífero – por falta de orçamento<sup>105</sup>. Não é o primeiro episódio envolvendo INPE: em 2019, após a divulgação de dados apontando o aumento dos focos de desmatamento, o presidente Bolsonaro questionou a veracidade dos dados e a idoneidade do diretor do órgão, Ricardo Galvão, que posteriormente foi demitido<sup>106</sup>.

Conforme levantamento realizado pelo Imaflora, Instituto Socioambiental e Artigo 19, houve um retrocesso na transparência em torno das políticas ambientais. Ao longo de 2019 e 2020, foram apuradas alterações nos protocolos de comunicação dos órgãos ambientais, restringindo a divulgação dos dados; ameaças a servidores; facilitação do sigilo de documentos públicos; apagões em bases de dados; além da deslegitimação pelo próprio governo dos órgãos públicos responsáveis pela geração de dados<sup>107</sup>.

<sup>101</sup> Gustavo Fioratti, 'Ações de Bolsonaro põem em risco bens históricos e culturais do país', Folha de São Paulo, 2 junho 2020, <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/acoes-de-bolsonaro-poem-em-risco-bens-historicos-e-culturais-do-pais.shtml>>.

<sup>102</sup> A Agência Nacional de Mineração deveria receber 7% dos royalties da mineração. Em 2019, foram arrecadados R\$ 4,5 bilhões em royalties; a ANM deveria receber um repasse de R\$ 315,2 milhões, mas teve um orçamento de R\$ 67 milhões.

<sup>103</sup> Thais Pimentel, 'Tragédia iminente', diz associação de cidades mineradoras de MG sobre corte no orçamento da agência que fiscaliza barragens', G1, 24 setembro 2020, <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/09/24/tragedia-iminente-diz-associacao-de-cidades-mineradoras-de-mg-sobre-corte-no-orcamento-da-agencia-que-fiscaliza-barragens.ghtml>>.

<sup>104</sup> Patrícia Fiúza e Thais Pimentel, 'Governo Zema repassou, no ano da tragédia de Brumadinho, só 38% da taxa para fiscalizar mineração, diz MP de Contas', G1 Minas, 23 setembro 2020, <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/09/23/governo-zema-repassou-no-ano-da-tragedia-de-brumadinho-so-38percent-da-taxa-para-fiscalizar-mineracao-diz-mp-de-contas.ghtml>>.

<sup>105</sup> Poliana Casemiro, 'Brasil ficará sem dados de desmatamento no Cerrado a partir de abril', G1, 6 janeiro 2022, <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/01/06/sem-verba-inpe-desmobiliza-equipe-de-monitoramento-do-cerrado.ghtml>>.

<sup>106</sup> Imaflora, Instituto Socioambiental e Artigo 19, 'Mapeamento dos retrocessos de transparência e participação social na política ambiental brasileira - 2019 e 2020', 2021, <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/mapeamento-dos-retrocessos-de-transparencia-e-participacao-social-na-politica>>.

<sup>107</sup> Imaflora, Instituto Socioambiental e Artigo 19, (2021).

## → DIMINUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Um dos principais instrumentos de participação social nas Políticas Nacionais são os órgãos colegiados. Contudo, recentemente, decretos federais (Decreto nº 9.759/2019 e Decreto nº 9.784/2019) determinaram a extinção de órgãos colegiados (conselhos, comitês e comissões) criados por decreto ou normativa inferior. Ainda que estruturas como o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima e a Comissão Nacional da Biodiversidade tenham, a princípio, sido poupadas da extinção, sua atuação se encontra ameaçada<sup>108</sup>.

Além da extinção, muitos órgãos passaram por reestruturações que reduziram a participação social e sua própria atuação<sup>109</sup>. No Conselho Nacional de Meio Ambiente, por exemplo, o número de conselheiros caiu de 96 para 23, com apenas 4 assentos destinados à sociedade civil. A escolha dos representantes da sociedade civil, antes via eleições, passou a ser por sorteio, o que também implicou na perda da garantia da representação de comunidades tradicionais e indígenas no Conselho. A Comissão Nacional da Biodiversidade, por sua vez, teve também suas competências reduzidas<sup>110</sup>.

Também ocorreram mudanças a nível estadual. Desde a Lei 21.972/2016, o licenciamento de projetos de médio/grande porte e de médio/grande potencial poluidor passam pelas Câmaras Técnicas Especializadas ligadas ao Conselho Estadual de Política Ambiental. Anteriormente, esse processo ocorria através das Unidades Regionais Colegiadas, que tinham maior participação da sociedade civil e de órgãos ambientalistas e representação do Ministério Público Federal<sup>111,112</sup>.

“Além da extinção, muitos órgãos passaram por reestruturações que reduziram a participação social e sua própria atuação.”

<sup>108</sup> Outro instrumento que está paralisado é o Conselho de Cidades. Criado junto ao Estatuto da Cidade, em 2010, o Conselho de Cidades promovia regularmente uma série de conferências municipais e estaduais que culminavam na Conferência Nacional das Cidades. Prevista para 2016, a 6ª Conferência, no entanto, nunca foi convocada, o que, somado às divergências quanto à extinção ou não do ConCidades através do Decreto 9.759, de 2019, explicita as fragilidades das estruturas então criadas. Fórum Nacional de Reforma Urbana, 'Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas', 2020, <Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2020/02/Dossi%C3%AA-FNRU-2020-Final.pdf>>.

<sup>109</sup> Em mapeamento realizado pelas organizações Imaflora, Instituto Socioambiental e Artigo 19 (2021), foram identificados 22 órgãos colegiados ligados às políticas socioambientais existentes a nível federal em 2019. Entre 2019 e 2020, 40,9% desses órgãos foram reestruturados e 18,2%, extintos.

<sup>110</sup> Imaflora, Instituto Socioambiental e Artigo 19 (2021).

<sup>111</sup> O desmonte dos conselhos e o aparelhamento das câmaras decisórias do licenciamento ambiental em Minas Gerais', LEIA, 19 março 2019, <<https://leia.org.br/o-desmonte-dos-conselhos-e-o-aparelhamento-das-camaras-decisorias-do-licenciamento-ambiental-em-minas-gerais/>>.

<sup>112</sup> 'Lei nº 21.972, de 21/01/2016', Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2016, <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2016&num=21972&tipo=LEI>>.

Coordenação e produção



Financiamento do projeto



Financiamento regular da  
*People's Palace Projects*



Supported using public funding by  
**ARTS COUNCIL  
ENGLAND**



Apoio

Parceria

